



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus recife

Departamento Acadêmico de Meio Ambiente, Saúde e Segurança

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

THIAGO FRANCISCO FERREIRA LOPES

**ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA AGRICULTURA E DA PESCA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA/ RIO FORMOSO/ PE**

Recife

2019

THIAGO FRANCISCO FERREIRA LOPES

**ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA AGRICULTURA E DA PESCA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA/ RIO FORMOSO/ PE**

Monografia apresentada ao Departamento Acadêmico de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Moraes Valença

Recife

2019

Ficha elaborada pela bibliotecária Emmely Cristiny Lopes Silva CRB4/1876

L864a

2019 Lopes, Thiago Francisco Ferreira.

Análise pós-colonial da agricultura e da pesca na comunidade Quilombola do Engenho Siqueira/ Rio Formoso/ PE/ Thiago Francisco Ferreira Lopes. --- Recife: O autor, 2019.

64f. il. Color.

TCC (Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Meio Ambiente, Saúde e Segurança - DASS, 2019.

Orientador: Prof^o. Dr. Marcos Moraes Valença.

1.Agricultura. 2. Pesca. 3. Comunidade quilombola. I. Título. II.Valença, Marcos Moraes (orientador). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 630 (21ed.)

THIAGO FRANCISCO FERREIRA LOPES

**ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA AGRICULTURA E DA PESCA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA/ RIO FORMOSO/ PE**

Monografia apresentada como requisito final do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de Tecnólogo em Gestão Ambiental ao término do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Trabalho aprovado. Recife, 10 de outubro de 2019.

Banca examinadora formada pelos professores:

Marcos Moraes Valença

(Orientador)

MSc. Camila Silva de Lima

(Examinadora Externa)

MSc. Nilson da Rocha Cordeiro

(Examinador Externo)

Recife

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Moraes Valença pela paciência, por me fazer acreditar e não me deixar desistir. O seu apoio foi muito importante na jornada da realização deste sonho.

À família pela força, incentivo e ajuda para continuidade o curso mesmo enfrentando dificuldades.

Ao Instituto Federal de Pernambuco pelas oportunidades de bolsa de iniciação científica, que foram cruciais para que eu pudesse continuar a caminhada rumo à graduação.

A todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação, tanto pelos ensinamentos diários como pela experiência de vida buscando sempre nos direcionar para o melhor. Guardarei para sempre e com muito carinho as aulas deste que considero um belíssimo curso.

Aos servidores e servidoras que tive contato durante a graduação.
Aos quilombolas do Engenho Siqueira pela recepção e prontidão em nos prestar informações e autorizar a realização desta pesquisa em sua comunidade.

E aos colegas de sala.

Muito obrigado a todos e a todas!

DANDARA

Ê... Dandara

Foi esposa e guerreira de zumbi dos palmares

(ê... Dandara)

Junto com ele lutava para livrar os negros da dura vida que levavam

(ê... Dandara)

Suicidou em 6 de fevereiro de 1694

(ê... Dandara)

Para não voltar a posição de escrava nunca mais

(ê... Dandara)

Dandara e zumbi foram esquecidos de serem mencionados nos livros de história

(ê... Dandara)

Como os primeiros revolucionários das Américas, protegendo Quilombo dos

Palmares do império.

(ê... Dandara)

Palmares, o último refúgio e mausoléu desta triste história de amor.

E por alguma razão não são considerados heróis entre os brasileiros.

Lúcio Maia

RESUMO

Tivemos como o objetivo geral, analisar a importância dos saberes tradicionais para a segurança alimentar da comunidade quilombola do Engenho Siqueira no município de Rio Formoso-PE, sob uma perspectiva pós-colonial, através de um diálogo intercultural entre os saberes científicos e não-científicos, e que possibilitaram a ecologia de saberes e a troca de experiências sociais. Nossos objetivos específicos foram analisar as práticas socioecológicas, a agricultura e a relação da comunidade com o manguezal do estuário do Rio Formoso. Como metodologia desenvolvemos inicialmente um levantamento bibliográfico pós-colonial, baseado nas experiências obtidas e esplanadas pelos autores estudados, e utilizamos a pesquisa de observação participante, o que a caracterizou como uma pesquisa-social. Nossas visitas à comunidade eram realizadas na sede da Associação Quilombola do Engenho Siqueira, estabelecendo um diálogo intercultural junto aos quilombolas, a fim de constar e atualizar todas as informações obtidas no levantamento bibliográfico. Para os esclarecimentos sobre os modos de produção de alimentos na comunidade, destacamos três vozes quilombolas, que são antigos moradores quilombolas da comunidade: Cristina Correia da Silva¹, 48 anos, pescadora e agricultora; Moacir Correia de Santana, 48 anos, pescador, agricultor, e fundador do museu quilombola da comunidade; Cláudio de Freitas Pajeú, 36 anos, professor de Geografia, que já ensinou na escola da comunidade e foi presidente da Associação Quilombola. Considerando por fim, através de uma análise pós-colonial a importância da manutenção da identidade quilombola fonte local de saberes tradicionais e conhecimento em agricultura e pesca ancestrais e que foram os principais responsáveis por tornar esta comunidade um patrimônio quilombola.

Palavras-chave: Agricultura. Comunidade. Quilombola.

¹ Os quilombolas citados autorizaram utilizar seus nomes e dados reais.

ABSTRACT

The general objective was to analyze the importance of traditional knowledge for the food security of the Engenho Siqueira quilombola community in Rio Formoso-PE, from a postcolonial perspective, through an intercultural dialogue between scientific and non-scientific knowledge, which made possible the ecology of knowledge and the exchange of social experiences. Our specific objectives were to analyze the socioecological practices, agriculture and the relationship of the community with the mangrove of the Rio Formoso estuary. As a methodology we initially developed a postcolonial bibliographic survey, based on the experiences obtained and explored by the authors studied, and we used the participant observation research, which characterized it as a social research. Our community visits were made at the headquarters of the Quilombola Association of Engenho Siqueira, establishing an intercultural dialogue with the quilombolas, in order to include and update all information obtained from the bibliographic survey. To clarify the ways of food production in the community, we highlight three quilombola voices, who are former quilombola residents of the community: Cristina Correia da Silva, 48, fisherwoman and farmer; Moacir Correia de Santana, 48, fisherman, farmer, and founder of the community's quilombola museum; Cláudio de Freitas Pajeú, 36, a geography teacher who has taught at the community school and was president of the Quilombola Association. Finally, through postcolonial analysis, the importance of maintaining quilombola identity as a local source of traditional knowledge and knowledge in ancestral agriculture and fisheries, and which were primarily responsible for making this community a quilombola heritage.

Keywords: Agriculture. Community. Quilombola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área urbana de Rio Formoso/PE.	33
Figura 2 - Área da comunidade quilombola do Engenho Siqueira.	33
Figura 3 - Margem do estuário do Rio Formoso.....	52
Figura 4 - Parte interna do estuário do Rio Formoso.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental;
ASQES	Associação Quilombola Engenho Siqueira;
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool;
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra;
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PE	Pernambuco;
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;
RESEX	Reserva Extrativista;
TCC:	Trabalho de Conclusão de Curso.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Pós- colonialismos e Sustentabilidade	16
2.1.1 Pós-colonialismos e o espaço fronteiriço do conhecimento	16
2.2 Os objetivos para a Sustentabilidade	23
2.3 Agroecologia e seus significados	27
3 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	32
3.1 Origem quilombola	34
4 METODOLOGIA	41
5 ANÁLISE DE RESULTADOS	44
5.1 A comunidade e a sua agricultura	44
5.2 A importância da preservação do estuário do Rio Formoso.	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERENCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) originou-se da necessidade de se complementar a pesquisa que o antecedeu no PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). O tema do relatório-PIBIC foi: Análise epistemológica e socioambiental da produção de alimentos na comunidade quilombola do Engenho Siqueira – Rio Formoso/PE.

Nesta Pesquisa-PIBIC os resultados não haviam sido plenamente alcançados, pois o campo de aplicação social que a fundamentação teórica em especial a Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências associadas ao direcionamento holístico da Agroecologia, que ampliou o campo de possibilidades epistemológicas desta pesquisa.

A Agroecologia é tema de destaque em nossa pesquisa, e foi o grande impulso para que pudéssemos voltar à comunidade para aprimorar nossos resultados parciais. As teorias pós-coloniais ao explicarem sobre diversos temas o sistema-mundo sugerem que uma hipótese seja levantada. A ancestralidade e os saberes tradicionais teriam algo a ver com o modo de agricultura e pesca atual da comunidade quilombola do Engenho Siqueira.

As visitas à comunidade estudada duravam de três a quatro horas em média cada. Estes encontros ocorreram em situações de eventos importantes para a comunidade e sua identidade; no período da Pesquisa-PIBIC; e junto às aulas de campo das disciplinas do quarto período do curso: Projeto interdisciplinar de Proteção Ambiental; e Preservação do Patrimônio Cultural. Ambas ministradas pelo orientador deste trabalho.

A proposta de uma análise pós-colonial emergiu de nossa fundamentação teórica, e destacamos: Santos (2006; 2009; 2010) e Quijano (2005; 2009) para discutir Colonialidade, Ecologia de saberes e Eurocentrismo; Sobre Agroecologia destacamos Caporal (2006); Sobre a comunidade quilombola do Engenho Siqueira destacou-se Araújo (2011); para caracterizar nossa pesquisa na metodologia científica destacamos Minayo (2002).

A Agroecologia é considerada uma ciência em construção, inserida num movimento contra-hegemônico e contracultural ao modelo *plantation*². É destaque em nossa discussão por sua militância social. O agronegócio³ ou complexo agroindustrial compreende-se desde a extração/produção de matérias-primas, uso de maquinário, logística de distribuição da produção.

Este processo de extração de matéria prima, produção e distribuição da produção seguem os padrões do mercado convencional do sistema hegemônico capitalista. Este modo de produção capitalista que foi construído no mesmo espaço-tempo em que se consolidou o Ocidentalismo, a Modernidade, o Eurocentrismo e a Colonialidade do poder.

De acordo com Quijano (2005), se não houvesse a colonização da América não haveria os processos eurocêntricos e a Colonialidade do poder. O que ocorre neste processo eurocêntrico contribuíram até certo ponto com a invisibilização de saberes tradicionais. Isto vem causando o desperdício de experiências sociais e epistemologias alternativas à ciência moderna ocidental.

O agronegócio como modelo convencional de agricultura inviabiliza a realização da sustentabilidade das localidades onde se instala, e a consequente produção agroecológica das comunidades tradicionais. Nestas, habitam as bases epistemológicas para uma mudança paradigmática sustentável.

Diante da resistência identitária em preservar o seus saberes tradicionais repassando todo o conhecimento entre gerações familiares e vizinhos na comunidade, de onde emergem marisqueiras, pescadoras, pescadores, agricultoras e agricultores, com seus singulares saberes, agricultura tradicionalmente orgânica e pesca artesanal, nos trouxe a seguinte pergunta de partida: qual a importância dos saberes tradicionais para a sustentabilidade?

² *Plantation* ou plantação é um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização e mão de obra escrava. Nesse sistema, a produção é voltada quase totalmente para o mercado externo, permanecendo no país apenas os produtos de baixa qualidade.

³ Foi implementado ainda na década de 1950... para modelar o mercado global de agricultura, e ficou conhecido como “revolução verde” ... nos anos 1990, é preconizada a nova “revolução verde”, a revolução genética, promovendo transformações significativas na agricultura mundial (CAVALLI, 2001).

O alcance da sustentabilidade está intimamente ligado às diversas necessidades humanas, entre elas, a garantia de consumo alimentar seguro no âmbito da nutrição adequada à saúde humana coletiva. Ou seja, produzir e consumir alimentos livres de agroquímicos e organismos biológicos patogênicos. Portanto esta pesquisa teve o objetivo de analisar a importância dos saberes tradicionais para a soberania da comunidade quilombola do Engenho Siqueira, sob uma perspectiva pós-colonial. Para isto contou com o objetivo específico de: identificar a comunidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pós- colonialismos e Sustentabilidade

Vamos agregar, sob um olhar pós-colonial, as questões de âmbito internacional sobre a insegurança alimentar, as heranças da colonização e o fato de existir nos dias atuais a Colonialidade como principal instrumento da modernidade ocidental. Esta atua de diversas formas, entre elas como a monocultura do saber, limitando as possibilidades possíveis de experiências sociais, culturais e de conhecimentos a serem aproveitadas propositalmente.

Desta forma, enquadra todo um sistema-mundo num só padrão de poder a ser alcançado como civilizado, o padrão europeu. Destacamos que a invisibilidade dos povos e suas tradições milenares ao modo de produção capitalista desperdiçam experiências sociais alternativas e construtivas.

2.1.1 Pós-colonialismos e o espaço fronteiro do conhecimento

O Pós-colonialismo como termo originou-se nas discussões sobre a decolonização⁴ de colônias africanas e asiáticas depois da Segunda Guerra Mundial segundo Coronil (2008); Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016).

Quanto ao “pós” do pós-colonial não quer dizer que os efeitos do domínio colonial foram suspensos no momento em que se concluiu um domínio territorial de uma metrópole sob uma colônia. Pelo contrário, os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e continuam nas chamadas nações pós-coloniais.

Diante disso:

O pós-colonialismo é a capacidade de fazer uma releitura da colonização, bem como o tempo presente a partir de uma escrita descentrada, da diáspora; ou ainda global, das grandes narrativas imperiais do passado, que estiveram centradas na nação HALL (2003, p. 109).

⁴ A decolonialidade é um termo que se origina como um projeto contra-hegemônico que ultrapassa as fronteiras acadêmicas. É uma prática de oposição e intervenção ao momento em que surgiu o primeiro sujeito colonial do sistema-mundo-moderno-colonial. “*Reagindo contra os desígnios imperiais iniciados em 1492*” (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016).

Isto quer dizer que o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação e ascensão não apenas da Europa, mas da própria modernidade. Em outras palavras, sem colonialismo não haveria modernidade, conforme fora articulado por Enrique Dussel em 1994, e pelo dossiê publicado em 2016 por Bernardino-Costa & Grosfoguel.

E com essa afirmação ficou evidente o conceito de colonialidade do poder abordado por Aníbal Quijano. Um sistema-mundo era criado e ditado a partir do colonizador onde o colonizado era codificado pela ideia de raça. Um padrão de poder que não se restringiu só ao trabalho, mas ao controle do Estado e suas instituições, e não fecharia por completo se não dominasse também a produção de conhecimento.

A partir do século XVI iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou, do ocidentalismo. Um imaginário construído e entendido como dominante no mundo moderno-colonial que permitiu legitimar a exploração humana. Neste imaginário, o Outro (sem religião “certa”, sem escrita, sem “história”, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação aos povos Europeus. De acordo com Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016).

No século XVI se consolida a conquista da América pelo império Espanhol e Português. Além da criação de uma economia mundial que ao mesmo tempo subalternizou as populações indígenas, e os povos africanos, escravizando-os. Segundo Grosfoguel (2009), este é o contexto nascente da modernidade, e que foi negligenciado nas publicações de conhecimento hegemônico.

E esta primeira narrativa hegemônica, inventa, classifica e subalterniza o Outro, criando assim a primeira fronteira do sistema-mundo-moderno-colonial. Ou como afirma Santos (2009) em sua metáfora do pensamento abissal, o qual considera que existe uma linha abissal invisível que divide a realidade social em dois universos distintos: a zona abissal entre o considerado atrasado e o civilizado.

Para Dussel (1994), do ponto de vista político-filosófico essa fronteira é estabelecida pelo princípio da “pureza de sangue” na península ibérica – que

estabeleceu classificações e hierarquizações entre cristãos, mouros e judeus – e pelos debates teológicos da Escola de Salamanca em torno dos “direitos dos povos”, que definiu a posição de indígenas e africanos na escala humana.

Daí que Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) afirmam que essas fronteiras, marcadas pela diferença racial nas colônias é onde atua a dita colonialidade do poder. Bem como, é nessas fronteiras que se pode emergir o pensamento de fronteira como um projeto decolonial.

Este pensamento de fronteira não é fundamentalmente essencial daqueles que estão à margem do sistema, pois é justamente por estar na fronteira que este pensamento flerta com a modernidade, mas parte das perspectivas subalternas. Ou seja, “é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade” (GROSFOGUEL, 2009).

O sistema-mundo-moderno-colonial tem como objetivo levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Impedindo assim a disseminação de um conhecimento contra-hegemônico de acordo com Grosfoguel (2009).

Hooks (1995) afirma que os subalternos são corpos destituídos de subjetividade, vontade e voz. Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) ainda complementam, que os homens são destituídos de alma e reduzidos à mão-de-obra, e a mulher se tornou objeto de uma economia de prazer e desejo. A dominação colonial conecta todos os lugares epistêmicos alinhando para uma única direção.

De acordo com as teorias pós-coloniais do sociólogo português Santos (2009), não se pode analisar os fatores e as circunstâncias do mundo apenas diferenciando as teorias e metodologias das ciências sociais. É preciso analisar também as diferentes culturas e as diferentes formas de interação cultural e de conhecimentos ancestrais, pois:

A reinvenção da emancipação social parte das alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global produzidas pelos movimentos sociais e pelas organizações não-governamentais na sua luta contra a exclusão social e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países. (SANTOS, 2010. p. 237).

Diante dos fatores e circunstâncias, para SANTOS (2010), a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Havendo um desperdício de experiência social com a ausência de visibilidade dos diversos saberes existentes.

De acordo com Santos (2010) sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante nos últimos 200 anos, qualquer análise social, por mais alternativa que se jogue, tenderá a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. Há dois séculos, os saberes ancestrais dos povos tradicionais vêm sendo ocultados pelo *mainstream*⁵ da ciência moderna ocidental eurocêntrica, que domina grande parte do imaginário ocidental.

Mas um fenômeno indolente acontece desde a criação da América e das colônias.

A colonialidade um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial-étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. (a colonialidade) Origina-se a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 73).

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/ eurocêntrico como um novo padrão mundialmente hegemônico de poder. Grosfoguel (2016) lembra que (na época da expansão marítima): “sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro”.

De acordo com Quijano (2005) a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. A expansão do eurocentrismo se

⁵ *Mainstream* é um conceito que expressa uma tendência ou moda principal e dominante. A tradução literal de *mainstream* é "corrente principal" ou "fluxo principal". Em inglês, *main* significa principal enquanto *stream* significa um fluxo ou corrente.

deu junto à criação das Américas e sua colonização perpetua-se culturalmente até os dias atuais por meio da colonialidade.

No decurso da evolução dessas características do poder atual foram-se configurando novas identidades sociais da colonialidade – índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços – e as geoculturais do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente, que mais tarde seriam Ásia, e Ocidente como Europa Ocidental, depois. E as relações intersubjetivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. (QUIJANO, 2005, p. 74)

Diante de uma hegemonia eurocêntrica que contribui para o desperdício de experiências no Sul Global, Santos (2010) propõe uma mudança paradigmática, que a chama de razão cosmopolita, fundada em três procedimentos sociológicos que se realizados alcançariam uma desejada vivência harmônica entre todos os povos, principalmente os povos do Sul Global, que de acordo com suas teorias, vivem para se tornarem europeus como padrão de civilização a ser alcançado. O modelo de racionalidade hegemônica é denominado por Santos (2006, p. 97) “razão indolente” e apresenta-se de quatro formas distintas, são elas:

A razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para torná-las em matéria-prima; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente (grifo do autor).

Destacamos a razão metonímica, pois se baseia na ideia de totalidade, onde o todo é uma das partes que é transformada em termo de referência para as outras e, portanto, tem uma primazia sobre cada uma das partes que o compõem. É uma razão que domina o todo e as partes de forma que, uma homogeneidade é imposta, sem considerar que as partes são heterogêneas e seguem lógicas diferentes.

Para combater o desperdício de experiências ocasionado pelos processos de invisibilização e subalternização, o sociólogo português propõe uma transição paradigmática, a qual visa expandir o presente por meio da sociologia das ausências, e visa contrair o futuro fazendo uso da sociologia das emergências. Além

disto, busca a compreensão das diversas experiências existentes, buscando torná-las inteligíveis, por meio do trabalho de tradução.

A sociologia das ausências tem seu movimento de ação na geração de presenças, onde o que não está sendo visto mostrado ou ensinado, o é causando um efeito de ampliação do que já existe, o presente. Com isso tornam-se presentes e dignas de credibilidade as experiências antes desacreditadas. Para Santos, (2006) a sociologia das ausências tem por objetivo transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles, transformar as ausências em presenças. Tornando-se presentes as experiências que antes tinham sido desperdiçadas, elas passam a serem consideradas alternativas credíveis à racionalidade hegemônica.

A sociologia das ausências reconhece que diversas experiências sociais são invisibilizadas pelo paradigma econômico, cultural e político imposto. Ocultadas, são tidas como inexistentes ou ausentes, logo, desperdiçadas. Ela compreende que os saberes não-existentes são, na realidade, produzidos como tal e, por isto, constituem uma alternativa não-credível ao que existe.

Santos (2006) explica que há cinco lógicas ou modos de produção de não-existências, as quais produzem o ignorante, o residual, o improdutivo, o inferior e o local e podem ser superadas por uma sociologia das ausências, a partir da substituição de monoculturas por ecologias, no sentido de dispensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar, desproduzir⁶.

A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente (SANTOS, 2006, p. 105).

Santos (2006) nos mostra que a monocultura do saber e do rigor do saber é o modo de produção de não-existência mais poderoso. Nesta lógica a ciência moderna é tomada como critério de validação dos demais saberes. Assim, os saberes que diferem da racionalidade hegemônica não são considerados saberes válidos (ou são tidos como não-saberes), são tidos como superstições, crenças e os sujeitos que os possuem são designados ignorantes.

⁶ Ações contra-hegemônicas à razão indolente dominante no mundo Ocidental. Ver Santos (2002, p. 237-280).

Fazendo uso da metáfora do pensamento abissal de Santos (2009), o qual considera que existe uma linha abissal invisível que divide a realidade social em dois universos distintos: um “deste lado da linha” e outro “do outro lado da linha”, os saberes que os quilombolas de Siqueira detêm e que são aplicados no processo de sua produção de alimentos com seus recursos naturais, estão posicionados “do outro lado da linha abissal”, a qual é submetida à invisibilidade.

De acordo com Santos (2009), para o pensamento eurocêntrico, do lado da linha abissal onde estão os quilombolas, não há conhecimento real, existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria prima para a inquirição científica.

No que se refere ao horizonte das práticas voltadas para a busca de uma sustentabilidade, tal monocultura nos orienta a não acreditar ou duvidar da legitimidade do saber que vai sendo construído e consolidado coletivamente, nas saídas alternativas que vêm sendo forjadas por movimentos sociais e comunitários, tendo como base dados da tradição oral, conhecimentos da cultura considerada popular, que foram sendo acumuladas no decorrer dos tempos, práticas experienciadas por pequenos grupos [...] (SANTOS, 2009, p. 300).

Para superar esta monocultura do rigor do saber, Boaventura propõe uma ecologia dos saberes, a qual consiste em um conjunto de epistemologias (ou diversas experiências) contextualmente válidas que sobreviveram ao epistemicídio e que dialogam entre si, buscando a visibilização e o fortalecimento.

Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante da criação e renovação. O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento (SANTOS, 2006, p. 157).

Outra lógica ou modo de produção de não-existência é a monocultura do tempo linear, segundo a qual “a história tem sentido e direção únicos e conhecidos” (SANTOS, 2006, p.103). Esta lógica declara como atrasado tudo aquilo que diverge do que a racionalidade ocidental declara como avançado, desenvolvido e moderno, produzindo a não-contemporaneidade do contemporâneo.

De acordo com o pensamento abissal, Santos (2009) nos explica que a não-contemporaneidade nasce da seguinte maneira, o presente que vai sendo criado do

outro lado da linha é tornado invisível deste lado da linha. O contato hegemônico o converte simultaneamente em não-contemporaneidade. Inventam passados para dar lugar a um futuro único e homogêneo. E desta maneira o futuro é expandido, enquanto ocorre a contração do presente, de forma que diversas experiências sejam desperdiçadas.

É neste movimento que se cria o residual, o primitivo, o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido. Através desta residualização de diversas experiências sociais acarretadas pela hierarquização das temporalidades. Esta ideia classifica determinadas técnicas e materiais como não-contemporâneos, os que não obedecem à lógica da obsolescência programada, a qual está sempre criando “o novo” num ritmo que os elementos residualizados não conseguem acompanhar, incentivando o consumismo, o desperdício, e conferindo certa infinidade ilusória aos recursos naturais.

Para superar esta monocultura, Santos (2006) propõe, através da dilatação do presente⁷ proporcionada por uma sociologia das emergências e uma ecologia das temporalidades, a qual reconhece e valoriza outras temporalidades além do tempo linear, com as quais este se articula ou conflita. Isto se faz necessário tendo em vista que as sociedades são constituídas por diferentes tempos e temporalidades e diferentes culturas geram diferentes regras temporais.

2.2 Os objetivos para a Sustentabilidade

Após anos de discussão em importantes conferências mundiais organizadas pelas comissões que compõem a ONU (Organização das Nações Unidas), chegava o momento de mais uma vez a cidade do Rio de Janeiro sediar a Conferência Mundial da ONU, a Rio+20 em 2012. Participaram desta, os atuais 193 países

⁷ Ocorre quando, de acordo com a Sociologia das Ausências: a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente. Nos anos quarenta, Ernst Bloch (1995, p. 313) interrogava-se, perplexo: se vivemos apenas no presente, por que razão é ele tão fugaz? (SANTOS, 2002, p. 6)

membros, apresentando seus discursos, onde foram promulgados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030.

Estes novos objetivos tem a missão de continuar, inclusive, ações que, ainda não haviam sido concluídas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinham metas até o ano de 2015. Neste documento, estabelecido após a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em 2000, foram promulgadas oito metas de combate à fome, extrema pobreza, ensino primário, igualdade de gênero, mortalidade infantil, e às doenças. Porém, as metas não foram alcançadas, mas foram reformuladas servindo de base para os 17 novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Observamos no escopo da Agenda 2030, que, entre seus artigos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, uns se alinham de forma direta e outros se relacionam de forma indireta com o contexto socioambiental da comunidade quilombola do Engenho Siqueira, portanto este compromisso internacional é a justificativa para este trabalho.

Verificamos que é de suma importância a aplicação permanente da Agenda 2030, principalmente quando o ODS-1 diz: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” ONU (2015). Este é entre seus artigos o que destaca a erradicação da fome e da pobreza extrema até 2030. O ODS-1 está afirmando que é preciso garantir direitos iguais a homens e mulheres, pessoas de todos os gêneros e de todas as idades, possibilitando a cada um/uma o controle de suas propriedades e acesso a serviços básicos, incluindo serviços financeiros.

Visa também construir a resiliência dos ambientes e das populações que se encontram em situação de vulnerabilidade e que possam vir a sofrer com desastres naturais ONU (2015). A comunidade já sofreu com enchentes e a última foi em abril de 2017. Com relação a mudanças climáticas, o ODS-1 em seu parágrafo 1.5 é claro em afirmar que “é preciso proteger as regiões mais vulneráveis aos desastres ambientais” ONU (2015).

Como o trabalho teve o intuito de analisar a produção de alimentos orgânicos, observamos que a comunidade quilombola do Engenho Siqueira se diferencia de outras comunidades da região, quanto à produção orgânica, sem uso de

agrotóxicos. Outro fato é que os quilombolas de Siqueira praticam a pesca artesanal, uma das heranças ancestrais. Com isso, ressaltamos que o ODS-2 sugere e formaliza sua implementação para garantir a produção alimentar vinda da pesca de forma sustentável.

O ODS-2 afirma em seu caput: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” ONU (2015). Em seu escopo de artigos destaca-se: “garantir para as pessoas em situação vulnerável, alimento seguro e suficiente” ONU (2015). Visa acabar com a desnutrição, dando ênfase para que até 2025 crianças menores de 5 anos parem de sofrer com doenças como nanismo⁸ e caquexia⁹, atendendo também mulheres grávidas e lactantes. Permite dobrar a produtividade agrícola, mas com respeito e renda para os povos indígenas, abrindo mercados e oportunidades ONU (2015).

O ODS-2 destaca muito bem que “é preciso garantir sistemas sustentáveis de produção, mas que se observe, e mantenha a diversidade genética, incentive a criação dos bancos de sementes, e aumente o investimento no campo e no pequeno produtor.” ONU (2015). Portanto é um ODS que trata da produção e comércio alimentício no mundo.

Na comunidade Siqueira, a pesca artesanal é uma atividade que se aprende na infância. É um aprendizado que tem papel fundamental na conscientização sobre a preservação do manguezal. Pensando nesta característica dos quilombolas de Siqueira, faz-se importante a implementação do ODS-6¹⁰: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” ONU (2015). Este Objetivo 6 trata sobre o saneamento básico e sobre a proteção e restauração de ecossistemas.

⁸ Nanismo é um transtorno que se caracteriza por uma deficiência no crescimento, que resulta numa pessoa com baixa estatura se comparada com a média da população de mesma idade e sexo. Já está provado que a estatura de uma pessoa é determinada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, a começar pela hereditariedade e o funcionamento do sistema neuroendócrino e passando pelo contexto ambiental e a qualidade da nutrição. (Portal Dr. Dráuzio Varela.

⁹ é uma síndrome complexa e multifatorial que se caracteriza pela perda de peso, atrofia muscular, fadiga, fraqueza e perda de apetite. Parece uma desnutrição, mas não pode ser repostada por melhor alimentação. A caquexia não é fome. Fome pode ser parte da caquexia e caquexia pode resultar de fome, mas eles são diferentes. (Portal São Francisco)

¹⁰ Água Potável e Saneamento. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

A comunidade no geral relata que estão preocupados com os dejetos jogados no manguezal. Já foram realizadas várias catações de material plástico e até já retiraram sofás e outros tipos de móveis domésticos do manguezal. Por isto, há uma discussão a respeito da preservação do estuário do rio Formoso, onde a comunidade defende a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX¹¹) na região. Para que se fiscalizem os barcos que navegam no estuário, pois empresas de pesca se aproveitam a abundância de peixes na região para explorar, e isto acaba configurando uma pesca predatória. Porém foi verificado pelos pescadores que muitos desrespeitam o período do defeso, quando deve ser respeitada a reprodução das espécies.

Já O ODS-11¹² nos diz sobre a questão da garantia de moradia e território para as populações quilombolas. Cada comunidade tem seu passado e tem sua história. Na comunidade quilombola do Engenho Siqueira muitos moradores compraram suas próprias terras, no período em que a usina que tinha posse dos terrenos entrou em falência loteando as terras. Ainda há na comunidade território a ser reconhecido e demarcado através de reforma agrária.

De acordo com o ODS-11 é preciso até 2030: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.” ONU (2015). Garantindo assim, habitação segura, acesso a transporte público, urbanização inclusiva, aumentos substanciais de assentamentos humanos, cuidado com a gestão da poluição atmosférica, e saneamento básico para evitar desastres relacionados à água, assim como doenças.

Saltamos agora para a observação do ODS-14¹³ que fala sobre a conservação do estuário e seu entorno marinho. O litoral de Tamandaré está dentro da Área de Proteção Ambiental - APA dos corais onde habitam e se reproduzem diversas espécies de peixes e crustáceos. O ODS-14 implementa que se haja:

¹¹ RESEX: é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A Reserva é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que, segundo a lei, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. (Portal Unidades de Conservação no Brasil – ISA).

¹² Cidades e Comunidades Sustentáveis. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

¹³ Vida na Água. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

“Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” ONU (2015). Mas afirma logo no início que deseja reduzir até o ano de 2025 a poluição marinha de todos os tipos. Além disto, com metas mais ambiciosas, visa até 2020,

Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos (ONU, 2015, p. 33).

Efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas (ONU, 2015, p. 33).

O que faz a comunidade quilombola do Engenho Siqueira ser diferenciada em relação a outras da mesma região? Diante do respaldo de um documento importante como a Agenda 2030, entraremos a seguir em nosso referencial teórico fundamental, o pós-colonialismo, que explica como o fato da cultura enraizada do eurocentrismo e as relações Norte global versus Sul global inter-relacionam, convergem e divergem os diversos setores sociais e nos mostra as razões do pensamento moderno ocidental.

2.3 Agroecologia e seus significados

A Agroecologia é tida como uma série de técnicas de produção agrícola que prioriza as formas naturais e tradicionais de uso dos recursos naturais. Ela se apresenta e se preenche com vários conhecimentos e ramificações sociais e ambientais. Trata-se de um sistema de produção de agricultura alternativo ao modelo tido como convencional, trazidos pela revolução verde (*plantation*), que busca além da sustentabilidade a preservação da agricultura familiar. É definida como um paradigma emergente por ainda estar no curso de sua construção.

É comum haver uma confusão de nomenclaturas, pois na Agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserido numa natureza rica em biodiversidade, ou seja, considera os vários tipos de plantas, animais, microorganismos, minerais e suas diversas formas de relação. Portanto, a

Agroecologia engloba modernas ramificações e especializações, como: agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, agricultura natural, agricultura orgânica, sistemas de agroflorestas, permacultura, e ainda existem as ramificações locais em cada lugar do mundo.

Dessa forma, quando utilizamos, por exemplo, o termo Agricultura Orgânica tratamos da prática agrícola, que não utiliza agrotóxico, e trabalha as técnicas de manejo que são favoráveis à preservação e à conservação natural dos recursos naturais. E, ao utilizar o termo Agroecologia amplia-se o uso de técnicas agrícolas dentro do conceito de sustentabilidade e biodiversidade.

Dentre suas contribuições para o desenvolvimento sustentável, a Agroecologia tenta sistematizar e produzir uma agricultura abrangente, socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Ela valoriza a ética ecológica, abandonando uma postura individualista que advém do modelo convencional de mercado, e, portanto, se mostra solidária. Está intimamente ligada à defesa de causas sociais como: a participação da mulher; o fortalecimento da juventude rural; a igualdade de gêneros; o aumento da biodiversidade; a renovação natural dos solos; a produção de alimentos saudáveis; e a valorização da cultura local.

A Agroecologia sempre existiu desde o período neolítico. Esta é a forma tradicional de produção. Como termo científico surge paralelo ao processo de modernização da agricultura. Empenhados na instalação do sistema *plantation* o governo federal do Brasil realizou acordos internacionais junto aos países do eixo hegemônico capitalista. Este adotou a implantação do pacote tecnológico com máquinas agrícolas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes de híbridos. Esta mudança no Campo brasileiro ficou conhecida como “revolução verde”.

Por causa do contexto atual mundial da produção de alimentos, a transição paradigmática vem se tornando um papel fundamental para a sustentabilidade. Trata-se de fazer a conversão de uma agricultura convencional para agricultura orgânica. Portanto, na Agroecologia a transição é entendida como um processo gradual e multilinear de mudança que ocorre ao longo do tempo, e não se trata, apenas de estabelecer um prazo de um a dois anos.

A Agroecologia trata de orientação cujas contribuições vão muito além dos aspectos tecnológicos ou agrônômicos que a produção agrícola pressupõe. De acordo com Caporal *et al* (2005) é a incorporação de dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas sociais e ambientais como também variáveis culturais e políticas.

A Agroecologia não abre mão da ética na busca de agriculturas mais sustentáveis, se trata, necessariamente, de um pensamento voltado não só para a geração atual, mas também para as gerações futuras. É um legado de solidariedade das gerações atuais para com as gerações futuras. E o elemento fundamental para alcançar essa sustentabilidade, nesta questão social é a ética e o cuidado com o Outro.

Por isso a Agroecologia busca agregar os conhecimentos da Sociologia e da Antropologia para entender as relações sociais e a cultura regional dos agricultores e dos povos que vivem no meio rural. Busca, também, informações da economia ecológica para alcançar caminhos mercadológicos na busca de mais sustentabilidade no Campo.

Ela articula vários conhecimentos para repensar o modo de produção e os estilos de desenvolvimento rural na busca de mais sustentabilidade. Nessa perspectiva a Agroecologia se constitui como um enfoque científico destinado a apoiar a transição agroecológica dos atuais modelos convencionais.

A Agroecologia é contra o uso de agrotóxicos e pode trabalhar com diversos tipos de agroecossistemas. Caporal; Costabeber e Paulus (2006) afirma que, com o resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, pode-se alcançar estilos de agriculturas de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior. Esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável.

E no sentido da sobrevivência no atual mercado global, a Agroecologia traz uma viabilidade econômica para as famílias de baixa renda das áreas rurais. Visto que os agricultores familiares de todo o mundo são os elementos-chave para a produção de alimentos mais saudáveis, por serem os guardiões originais dos conhecimentos tradicionais.

Destacamos que todo o conhecimento de produção agrícola da comunidade quilombola do Engenho Siqueira foi herdado de seus primeiros habitantes. São influenciados pelos saberes tradicionais quilombolas, conhecidos por se organizarem em um assentamento humano autossuficiente, onde saberes agroecológicos ancestrais africanos sempre estiveram presentes e foram transmitidos por gerações.

De acordo com Altieri (2004), “a produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes”. A comunidade quilombola do Engenho Siqueira possui saberes tradicionais da pesca e da agricultura. Fato observado na comunidade de acordo com as histórias familiares dos quilombolas. Ou seja, cultivam, por exemplo, plantas em meio aos fragmentos de matas de seus quintais, porém sem o design ambiental exigido pelo termo Permacultura¹⁴. Apenas o cultivam de forma orgânica e com conhecimentos e práticas de manutenção que estão inseridas no universo da Agroecologia. Mesmo que os quilombolas não tenham estudado cientificamente sobre Agroecologia.

Como abordamos antes, a Agroecologia se insere no universo do conhecimento popular tradicional das comunidades rurais. Altieri (2004) ressalta que “restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da Agroecologia”. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. Estes conceitos estão de acordo com o que observamos na comunidade quilombola estudada neste trabalho, pelo fato da vivência relatada pelos quilombolas em nossas conversas coletivas.

Nesse ponto entendemos que a prática agroecológica se interliga, com o campo de aplicação/prática pós-colonial da sociologia das ausências, da sociologia

¹⁴ É um sistema de princípios agrícolas e social de design centrado em simular ou utilizar diretamente os padrões e características observados em ecossistemas naturais.

das emergências, enquanto momento de possibilidade da troca de saberes entre indivíduos de diferentes contextos sociais e regiões diferentes, como no caso dos diálogos entre estudantes do IFPE e os quilombolas de Siqueira.

Presenciamos uma crise ambiental aguda, com a degradação ecológica e o aquecimento global. E a causa fundamental está no modo de produção capitalista ocidental e a distribuição de todo este processo no mundo. Uma estrutura de economia que vem acelerando a morte do planeta, por se alimentar da extração de seus recursos naturais preciosos e insubstituíveis.

3 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A comunidade quilombola do Engenho Siqueira contém em sua origem, a memória de pessoas que foram escravizadas, ou seja, seus ancestrais. Possui uma particularidade regional de zona rural, que se localiza no litoral, com relevo acidentado e formado por morros, com um manguezal extenso e mata atlântica. Paisagem que encanta à primeira vista por sua natureza.

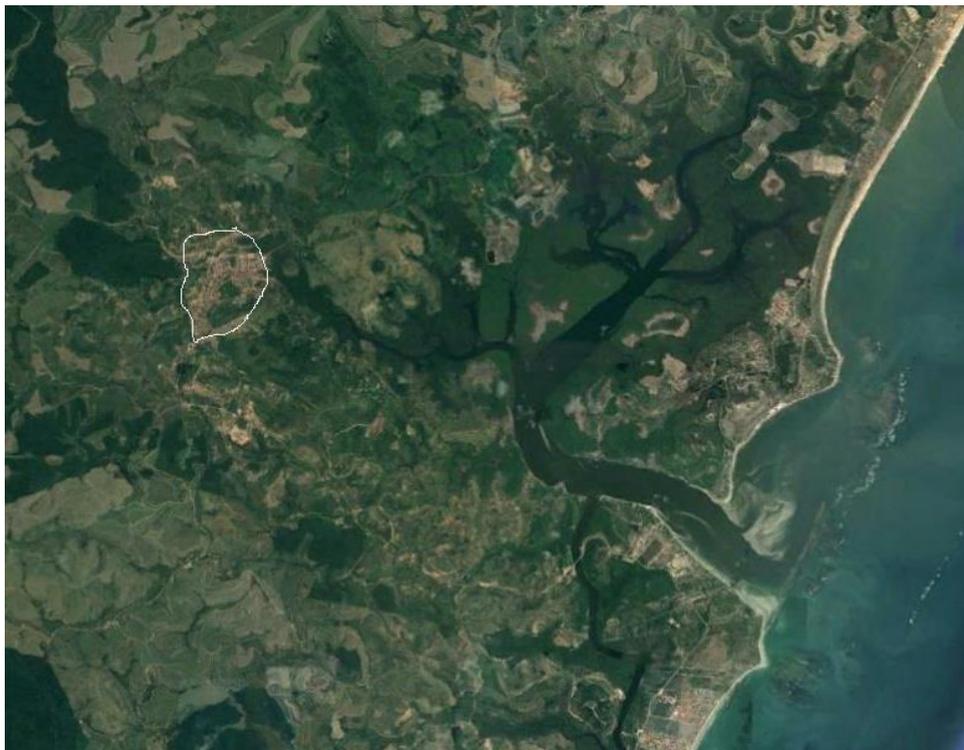
Os quilombolas de Siqueira praticam os modos de produção agrícola e pesqueiro herdados de seus antepassados. Portanto nossa discussão teórica propõe-se a analisar os saberes tradicionais das pessoas desta comunidade quilombola e abraça a militância social–ecológica desta.

Esta comunidade foi a primeira a ser reconhecida como quilombola na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco pela Fundação Cultural Palmares. Foi no dia 8 de março de 2005, sob a matrícula N°2611903, no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ela fica próxima da área central do município de Rio Formoso (figura 1), Estado de Pernambuco, a 92 km do Recife.

As principais rodovias de acesso são a BR-101 e a PE-60. O título de comunidade quilombola trouxe novas relações de reconhecimento, descoberta identitária¹⁵, redes de relações políticas, e a produção da memória da localidade.

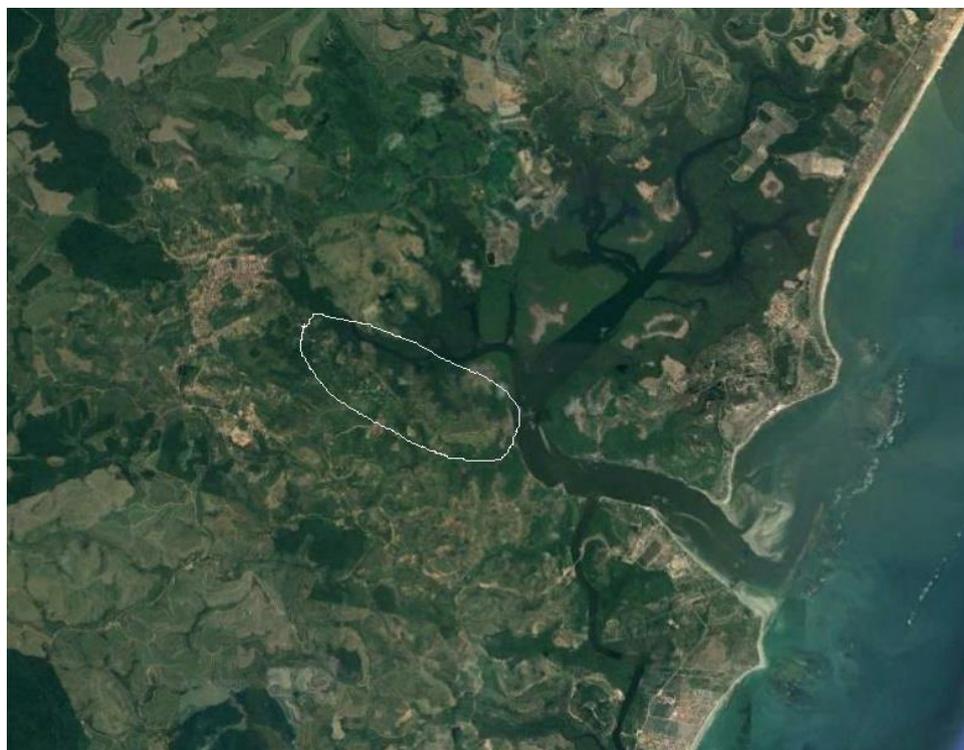
¹⁵ Muitos dos moradores não sabiam o que significava ser quilombola, antes do reconhecimento da Fundação Palmares. Apesar destes a comunidade no geral se reconheceu quilombola e por isso receberam o título após estudos oficiais.

Figura 1. Área urbana de Rio Formoso/PE.



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 2. Área da comunidade quilombola do Engenho Siqueira.



Fonte: Google Earth (2018)

3.1 Origem quilombola

A comunidade quilombola do Engenho Siqueira é remanescente do grande aglomerado de quilombos que tinham nos meados do século XVII como reino neoafricano, o Quilombo dos Palmares, considerado o maior do período “Brasil colônia”. Este era como uma nação neoafricana interligava-se a vários quilombos localizados na região da Zona da Mata da antiga capitania de Pernambuco.

Neste período muito latifúndio se formou. O Quilombo dos Palmares possuía uma área central conhecida como Cerca do Macaco, localizada na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas de acordo com Funari (1995). Sobre o surgimento da comunidade negra na localidade do Engenho Siqueira destacou Marquese (2006) que:

Suas origens datam do início do século XVII, mas sua formação como grande núcleo quilombola se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania.

Funari (1995) afirmam que existem referências de historiadores relatando acontecimentos nesta região desde 1612, e que o quilombo dos Palmares permaneceu cerca de 200 anos silenciado para as grandes elites e colonos, até ser bastante conhecido como uma grande sociedade de resistência e autossuficiência. As elites da época também o evitavam, segundo o historiador, por temer a explosão de uma guerra civil com o sucesso da revolução dos negros.

Os primeiros negros chegaram em 1554, foram 316 anos de regime de escravidão, ou seja, 63% do tempo desde que os portugueses aqui chegaram até os dias atuais. Vemos, então, que tantos anos de escravidão refletiram e continuam a refletir de forma veemente a realidade socioeconômica-cultural da sociedade brasileira, pois, os anos de escravidão imbuíram na membrana social brasileira traços e costumes próprios de nossa identidade (SOUZA, 2008). E acrescento que nesse ponto também está inserido a conceito de colonialidade de Aníbal Quijano que iremos abordar mais adiante.

Os quilombos se instalavam quase naturalmente na região da zona da mata nordestina, e para se expandirem dependiam das relações entres os novos

moradores que chegavam e outros quilombos próximos. Apesar da predominância de negros, os quilombos se constituíam como espaços interétnicos habitados por indígenas e até por brancos em situação de extrema pobreza e exclusão (Freitas, 1984).

As comunidades que se formaram também a partir de aglomerados de pequenas propriedades dos negros libertos que produziam o modelo de agricultura de subsistência. Segundo Moura (1994), a maioria dos quilombos apresentava esse tipo de agricultura e valorizava tradições culturais dos antepassados, e isso permanece até os dias atuais. Para os quilombolas, pensar em território é considerar um pedaço de terra para usufruto coletivo, como uma necessidade cultural e política de se distinguirem, e de se diferenciarem das outras comunidades e decidirem seu destino. Os territórios quilombolas são considerados tradicionais, na reprodução econômica, social e cultural.

O fenômeno quilombola acompanhou todo o período escravista. Conforme o historiador Mário Maestri (2008), através dos mais de três séculos, uma população de milhares de homens e mulheres viveu um maior ou menor tempo aquilombadas. Portanto, muitos nasceram e morreram em comunidades de produtores livres. Comunidades quilombolas sobreviveram até a própria abolição, dando origem a comunidades de camponeses negros Maestri (2008). Segundo Funari; Carvalho (2005) estes estudos afirmaram que os negros escravizados fugiam para o quilombo para preservar a cultura africana e ancestral, ou seja, o quilombo era a alternativa para que a identidade negra se mantivesse preservada.

O historiador informa que o Quilombo dos Palmares existia porque havia a exploração de classes, e com isso o quilombo era o lugar onde o negro recuperava sua dignidade. O quilombo segundo ele representava a força do negro no Novo Mundo, alcançando assim o patamar de riqueza e força africana. Funari; Carvalho (2005) afirma que a habitação em Palmares não era isolada só aos negros. Eles mantinham relações comerciais e teias de apoio com brancos, europeus colonos, e diversas origens étnicas. Era, portanto, um local de convivência multiétnica.

Para Funari (1996) a rivalidade entre Portugueses e Holandeses também contribuiu para o crescimento do Quilombo dos Palmares. A partir de 1670 ofensivas militares ao quilombo buscavam ano a ano destruí-lo. A história de Zumbi começa a

se protagonizar no momento em que seu tio o Ganga Zumba que governava o quilombo, na época, foi morto em batalha, e assim Zumbi assumiu a liderança máxima, e foi eleito o rei do quilombo dos Palmares entre 1687, reinado que durou até e 1694. Ainda, segundo Funari (1996) foi no reinado do rei Zumbi, que se iniciou um período de guerras mais intensas. Até que em 1694 uma expedição comandada por Domingos Jorge Velho, após um conflito de 42 dias na região, tomou a Cerca do Macaco, matando e aprisionando os quilombolas. Zumbi foi capturado vivo e levado para o Recife sendo executado no ano seguinte em 20 de novembro de 1695.

Funari (1996) conta que viver no quilombo dos Palmares era como estar na África, mantendo-se livres das ameaças culturais brancas, como a religião católica, as roupas modernistas e o modo de vida europeu. Tinha o imaginário de “República Africana de Palmares”. O quilombo de Palmares possuía elevado conhecimento de agricultura orgânica e uma racionalidade ambiental sustentável. Esta é uma característica que vem sendo passada entre gerações, e é observado no histórico social da comunidade quilombola do Engenho Siqueira.

Para entender a formação do Quilombo do Engenho Siqueira é preciso conhecer a história de Rio Formoso que recebeu o título de município em 11 de junho de 1850, mas sua história remonta ao início da exploração colonizadora pelo sul da capitania de Pernambuco por volta do ano de 1560. (SANTOS, 2017, p. 21).

Ele afirma que os primeiros registros de um território chamado Engenho Siqueira datam de 1637, período da expansão da *plantation* açucareira pelo litoral de Pernambuco. O litoral e a Zona da Mata pernambucana eram os maiores produtores de cana-de-açúcar e possuía grandes engenhos.

Após a expulsão dos indígenas, as terras foram divididas e oferecidas como forma de pagamento aos conquistadores da família Albuquerque e seus descendentes. Santos (2017, p. 21) ao citar Barbalho (1988) ressalta que houve uma dupla exploração da região onde hoje se localiza a comunidade em estudo:

(...) uma por mar, chefiada por Filipe Cavalcanti; outra por terra, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque (sogro de Filipe), ordenada pelo 2º donatário, Duarte Coelho de Albuquerque, o qual dela participou como simples soldado, e invadiram-se as terras ribeirinhas e as adjacentes ao baixo rio Sirinhaém, ocupadas, na época, pelos índios Caetés.

A cidade ganhou o nome de Rio Formoso por causa do rio que corta a região, que na língua tupi chama-se *Yobuguassu*, que significa grande rio verde. De acordo com Santos (2017) nas terras do município ocorreram batalhas e momentos históricos do Brasil: a Batalha do Reduto, a Revolta dos Mascates e a Campanha Abolicionista. Dentre estes acontecimentos, destaco o movimento abolicionista de 1884, quando, de acordo com Santos (2017) os grandes senhores de engenho da região, Sebastião Acioly (Barão de Goicana), Prisciliano Acioly e José de Amorim (Barão de S. André) alforriaram seus escravos.

A origem da comunidade reforça a ancestralidade quilombola em seus meios de subsistência. Possuem uma terra fértil que possibilitou a policultura, e de acordo com Cristiane da Silva, filha de agricultores/ pescadores, diz: “de tudo que se plantar dá certo!”. Só não cultivaram cana-de-açúcar com as técnicas agrícolas convencionais dos engenhos no interior da comunidade. E a proximidade com o estuário e o manguezal, possibilitou aos quilombolas de Siqueira desenvolver a pesca artesanal que contribui para a renda e subsistência das famílias.

Por ser a área de moradia das famílias antigas de trabalhadores rurais, a tradição mais antiga da cidade de Rio Formoso vem de seu povo, e conseqüentemente, “Siqueira se configurou como o berço do nascimento do município”, Santos (2017). De acordo com ele, os primeiros vestígios do município se deram onde hoje é a comunidade quilombola do Engenho Siqueira, e onde mais tarde passaria a pertencer a Usina Central Barreiros que em meados dos anos 1990, passou por uma crise da indústria açucareira, que afetou as diversas usinas da Zona da Mata, e levou à falência várias delas.

Refletindo sobre a crise do setor sucroalcooleiro discorre Andrade (2001, p.71):

É uma crise provocada pela falta de condições de competitividade com a produção do Centro-Sul, onde há uma maior produtividade agrícola e industrial, de queda da demanda no mercado internacional de açúcar, de barateamento do preço internacional do petróleo e da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que tutelava e protegia a produção de açúcar e álcool, sem que fosse implantada, em seguida à sua extinção, uma política para o setor.

Recorrendo a história da produção sucroalcooleira no Brasil, esta sustentou a economia por um longo período. Atravessou o império e outros momentos de crise

devido a vários aspectos. Em relação à concorrência mercadológica do setor, podemos citar Cuba e outras ilhas como as Antilhas e a produção de açúcar de beterraba em 1850. Novas áreas de produção de açúcar, em termos internacionais, configuraram obstáculos e ampla concorrência. Outro fator que podemos citar é a defasagem tecnológica de algumas regiões produtoras de acordo com SILVA (2004), nos anos 1850, Cuba liderava a produção mundial com 70% de máquinas a vapor, contra 2% dos engenhos pernambucanos que utilizavam este maquinário.

Destacamos outros momentos de crise no século XX como a depressão econômica de 1929. De acordo com Andrade (1998, p. 261) entre 1931 – 1940, em decorrência da crise de 1929 vários senhores de engenho se viram obrigados a cultivar frutas e cereais destinados a abastecer o Recife demais centros nordestinos.

Após a Segunda Guerra o neoliberalismo trouxe novos paradigmas e formas de enfrentamento da crise industrial. Além de novas regras de organização trabalhista, o capitalismo buscou eliminar barreiras alfandegárias, e com o passar dos anos ao final dos anos 1980 esta combinação de fatores refletiu na zona canavieira pernambucana de acordo com Silva (2004).

Segundo Viegas (2006, p. 85):

A produção de cana-de-açúcar foi, desde o período colonial, a principal atividade econômica da região da Zona da Mata de Pernambuco. No início dos anos 1990, uma série de mudanças é promovida pelo Governo Federal (em Brasília-DF), na política da agroindústria canavieira. Notadamente a suspensão de subsídios, a privatização de exportações e a elevação das taxas de juros para empréstimos bancários. Diante deste contexto muitos engenhos produtores e usinas de transformação da cana-de-açúcar (no Nordeste) que já possuíam dívidas (Banco do Brasil, Governo do Estado, INSS) e não conseguiram se reestruturar, entraram em processo de falência.

No caso da usina Barreiros, esta parcelou suas terras e as vendeu aos moradores da região como forma de indenização. Cristiane da Silva, uma das lideranças na comunidade, afirma que Siqueira pertenceu à usina Barreiros, e muitos dos trabalhadores eram quilombolas e com o parcelamento de suas terras cada morador comprou sua parte. Ela ressalta que esta foi a única comunidade em que a cana-de-açúcar não se desenvolveu. Por não ter desenvolvido plantações de cana-de-açúcar e pelo fato de ser área de moradia dos trabalhadores, estes sempre

desenvolveram uma policultura, no perímetro das moradias e tudo permitido pelo dono da usina quando ainda tinha a posse das terras.

Sobre o reconhecimento como comunidade quilombola, que se deu no ano de 2005, Claudio Pajeú, outra liderança na comunidade, afirma que essa passou três anos sem saber desse fato, ou seja, em 2008 e com isso surgiram várias questões: Por que quilombola? O que é ser quilombola? E a partir daí fizeram um levantamento histórico e junto à comunidade que procuraram se identificar como tal.

Cláudio Pajeú afirmou que havia um trabalho escrito e realizado em parceria com a prefeitura do município de Rio Formoso por pesquisadores da Universidade Católica de Pernambuco como ação de resgate, e que haviam identificado as singularidades de Siqueira. Este trabalho foi promovido também após os danos de uma grande cheia que ocorreu no início dos anos 2000 e deu início ao reconhecimento de remanescente quilombola. Ele afirma que outro trabalho já ocorrido em 2010 foi importante para os registros quilombolas da comunidade, realizado pela Petrobras. Foi um estudo sobre as origens da comunidade que veio reafirmar a identidade quilombola que naquele momento já estava sendo abraçada pelos moradores da comunidade.

Cláudio Pajeú que é professor de Geografia, era o presidente da associação da comunidade no período desta pesquisa, e desenvolveu com os moradores mais antigos três versões sobre a origem da comunidade. Na primeira versão, ele acredita que, de acordo com os mais antigos e por um lado também um pouco da história científica, chega à conclusão que o fato de ser uma zona portuária, entre embarques e desembarques de mercadorias, muitos negros africanos escravizados aproveitaram para fugir para o interior da mata atlântica onde se encontra a comunidade de Siqueira, e ao se refugiar por ali, tiveram descendentes e viveram no local.

A segunda versão afirma que Ganga Zumba, tio de Zumbi, em viagem de Palmares ao Recife, para negociar com o governo do Estado uma proposta de paz, passou pela região e ficou hospedado em Cucaú (distrito de Rio Formoso). Com esta hospedagem, ficou um tempo necessário para deixar descendentes na região, antes de ter sido traído e envenenado chegando a falecer em Cucaú. O quilombola Cláudio Pajeú ressalta que no distrito de Cucaú possivelmente também há outra

comunidade quilombola, fruto do mesmo período histórico, porém, estes não se reconhecem como quilombolas, ou seja, não se autoidentificam, pois, a premissa fundamental para o reconhecimento quilombola é a autoidentificação da comunidade como sendo remanescente de quilombo.

A terceira versão que Cláudio Pajeú nos apresenta é em relação à linguagem e costumes que são diferentes de outras comunidades, até mesmo da região. ele ressalta o modo de falar, e de se expressar e de enxergar as coisas. uma característica marcante no período do estudo elaborado pela Petrobrás, um dos pesquisadores, historiador angolano, concluiu que a comunidade era de descendência africana quando fez uma única pergunta: você conhece o *fungi*¹⁶? e Cláudio Pajeú respondeu dizendo que sim, e o historiador confirmou que a comunidade é de fato quilombola, pois somente nestas comunidades se encontra nos dias atuais este alimento, que é um costume culinário vindo de Angola, comida típica daquele país africano. De acordo com o professor quilombola, o modo de preparo exige força para mexer a farinha, que se transforma quase numa cola, e esta é uma afirmação da ancestralidade que foi passada através das gerações.

¹⁶ Fungi: Típico de Angola, confeccionado com farinha de milho ou de mandioca, A farinha é cozida e mexida com muita frequência e de forma enérgica. A consistência final assemelha-se, de certa forma, a uma cola, dado o seu caráter pegajoso. (Wikipédia, Acesso em 03-05-2019).

4 METODOLOGIA

Utilizamos para esta pesquisa a metodologia de abordagem qualitativa, pois assim, compreendemos e interpretamos os significados e intersubjetividades, físicas e empíricas dos quilombolas de Siqueira. Para a coleta efetiva dos dados utilizamos a técnica da observação participante, esta “permite que haja uma interação e troca de saberes entre o pesquisador e o objeto de estudo, garantindo, assim, a construção de uma intimidade que facilitará na compreensão e na análise de dados”. (Minayo, 2002 Apud Santos, 2017).

A observação participante permitiu obter as informações face a face com os quilombolas, por meio de nossos encontros na sede da associação da comunidade quilombola do Engenho Siqueira (ASQES). Os quilombolas de Siqueira apresentaram sua interculturalidade¹⁷ por meio dos relatos de experiência e das histórias de cada família. Eram visitas aonde íamos até a sede ASQES nos reuníamos, dialogávamos, e registrávamos os dados das conversas através de gravações de áudio em aparelho celular de tecnologia *Smartphone Android*.

A aproximação e a entrevista com os quilombolas de Siqueira tiveram, primeiramente, a intenção de valorizar suas vozes, trazendo conteúdo empírico e de sua origem ancestral. Desta forma, nos aproximamos do objetivo específico da pesquisa, tornando-a mais rica em informações de relatos de experiência e vivência, que são cruciais para o entendimento do contexto atual desta comunidade.

Sobre os relatos de experiência em pesquisas sociais, destacamos que:

As pesquisas orais visam estimular as memórias individuais e coletivas, facilitando o maior fluxo de informações, além de garantir uma visão mais íntima quanto ao fato, antes de ser ofuscada pelos que possuem o poder. Ela permite analisar a maneira como os indivíduos experimentam, interpretam e expõem sua visão sobre o material a ser estudado. (SANTOS; SENA, 2012 Apud SANTOS, 2017).

¹⁷ Refere-se à interação entre culturas de uma forma recíproca, favorecendo o seu convívio e integração assente numa relação baseada no respeito pela diversidade e no enriquecimento mútuo. PACHECO, (1997).

Santos (2006) afirma que o rigor científico se afere pelo rigor das medições, e que ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata.

A nossa metodologia de observação participante teve a minúcia de trazer o olhar pós-colonial abordado em nosso referencial teórico com aos autores pós-coloniais em sua experiência de campo. Tratamos nesta pesquisa sobre a influência do modelo de racionalidade ocidental na comunidade.

Um aspecto importante a ser ressaltado junto a nossa metodologia de pesquisa é que a racionalidade eurocêntrica, no contexto de uma comunidade remanescente de quilombo, acaba por não respeitar que se haja justiça cognitiva¹⁸, que advém como paralelo ou consequência da justiça social. De acordo com Valença (2014), “o padrão de poder (eurocêntrico) está relacionado ao padrão cognitivo, onde o não europeu passa a significar passado, inferiorização e primitivismo”.

Contudo, para caracterizar nosso trabalho de pesquisa como ciência, abraçamos a diretriz da quebra do paradigma da racionalidade eurocêntrica, partindo dos estudos pós-coloniais. Assim como, das características da tradicionalidade quilombola e sua origem junto à história do maior quilombo da América do Sul (Palmares). Fazendo-se perceber que há uma relação importante sobre trabalho e produção para auto-sobrevivência e sustentabilidade, tanto no contexto de Palmares como no contexto atual de Siqueira. De acordo com Gutierrez (1986) ao se fazer ciência e utilizar um método científico o estudo das relações sociais importa diretamente ao estudo das organizações produtivas. E o estudo e compreensão da estrutura de uma organização produtiva necessitam de uma interpretação da estrutura social e de sua conjuntura histórica.

¹⁸ É uma ideia avançada por Santos (2006) do CES. UC, que é apresentado no livro Gramática do Tempo (2006). No âmbito da reconstrução epistemológica (confrontação entre conhecimento regular e conhecimento emancipador) é necessário buscar uma “ecologia dos saberes” isto é um processo em se se objetiva a igualdade nas relações entre os distintos saberes, em busca de vivilizar outras formas de saber, com destaque para o conhecimento subalternizados, por vezes reduzido e silenciado pelos processos de colonialidade. O objetivo é aumentar a diversidade epistémica no mundo, aqui definida como justiça cognitiva. Um processo em que os diferentes conhecimentos contribuem para o conhecimento do mundo como proposta emancipatória. Texto de Teresa Cruz, Universidade Edurado Modlane. Acervo digital wordpress.

Por isso esta pesquisa buscou bases epistemológicas da interculturalidade da comunidade. Sobre o conhecimento científico moderno Valença (2014) destaca que as dimensões do social, do cultural e do ecológico, na ciência, são fragmentadas entre os vários saberes e olhares sociais.

Deste modo, os limites da ciência ocidental não decorrem do fato de seu caráter científico, mas da insuficiente cientificidade de seu atual paradigma, ou seja, de seu fechamento naturalístico em relação às dimensões da subjetividade e em geral do social e do cultural. Para serem suficientemente científicos os saberes precisam explicar racionalmente os fenômenos considerando todas as suas dimensões – a natural, a subjetiva, a social, a cultural, e a ecológica – reconhecendo a especificidade lógica de cada uma e buscando compreender a relação organicamente conflitante entre elas. (Valença, 2014, p. 17)

Com estas afirmações dos teóricos acima acreditamos que a metodologia utilizada direcionou este trabalho para a salvaguarda das subjetividades, saberes e práticas sociais dos quilombolas de Siqueira. Após a abordagem teórica científica a respeito de classificação e nomenclatura seguimos adiante para adentrar no interior da comunidade quilombola do Engenho Siqueira e revelar suas origens e sua tradicionalidade quilombola provinda daquela que é considerada a maior sociedade de resistência negra na América o Quilombo dos Palmares.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 A comunidade e a sua agricultura

De acordo com Cristiane da Silva, que é uma liderança entre os quilombolas de Siqueira, afirma que observando os cultivos de seus vizinhos, a maior parte é de cultivos orgânicos, afirma a quilombola, porém não houve cálculo percentual para comprovar tal informação, apenas foi valorizado sua fala.

Ela afirma que a maior parte da produção de alimentos é agrícola e pesqueira, e é para consumo próprio, separado de uma porcentagem que é vendida nas feiras do município. Quando houve a pesquisa de campo deste trabalho, visitamos a horta de Cristiane da Silva. Dentre os cultivos havia: banana, acerola, manga, goiaba, araçá, cacau, jambo, macaxeira, batata, hortaliças, plantas medicinais, produção de ovos, lambedores e molhos de pimentas.

Cristiane da Silva relata que aprendeu a cultivar com sua mãe e sua avó. Elas tinham a prática da cura através das plantas e dos chás que se fazia de plantas específicas. Estes são alguns dos saberes herdados dos negros da sociedade que vivia no Quilombo de Palmares.

Um diagnóstico que foi elaborado pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) e a Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), identificaram que na comunidade quilombola do Engenho Siqueira o quadro de uso e ocupação do solo se identifica como sendo do tipo policultura (ARAUJO, 2011). Sublinha-se, inclusive, que se trata da única comunidade do município a praticar tal tipo agrícola.

Esta característica vem do histórico da região do Engenho Siqueira. A constituição do local se deu por meio da divisão das terras, em tamanhos de três a nove hectares, que resultaram do parcelamento do Engenho Siqueira, que pertenceu à Companhia Açucareira Santo André do Rio Una, situada no município de Barreiros/PE. As parcelas de terras foram quitadas pelos agricultores na época, e de acordo com Cristiane da Silva, os agricultores repassaram aos seus hereditários, a posse das terras. Ainda segundo ela, um fato importante de Siqueira é que eles,

em sua maioria não fizeram uso de agrotóxicos nem cultivaram a agricultura de maneira convencional.

Mesmo com as tradições remanescentes quilombola, Cláudio Pajeú relata um fato curioso sobre uma preocupação sua como morador, em relação ao uso das plantas medicinais. Ele informa que poderiam estar mais explícitas as práticas culturais das plantas medicinais. Porém ele afirma que “em muitas famílias não há mais transmissão geracional, por conta das igrejas pentecostais que muitos adeptos na comunidade participam”. Ele destaca que esta questão cultural-social foi alterada pela religião, pois, antes se procurava remédio com a sabedoria tradicional e local com as plantas e curandeiros da comunidade, mas alguns moradores que antes pertenciam à religiões de matriz africana, por exemplo, e hoje não pertencem mais, não usam as plantas para curar suas dores, doenças ou sintomas. E por outro lado, moradores que estão em igrejas pentecostais, ainda usam algumas plantas, porém sem propagá-las como uma medicina alternativa, mas que aí demonstra que existe ainda uma característica do costume ancestral.

Araújo (2011) destaca algumas das vozes da comunidade quilombola, como Dona Alice, que ainda mantém os cultivos das plantas medicinais com tal objetivo. Ela informa a diversidade de ervas no seu quintal: “manjerição roxo, manjerição da folha miúda, manjerição normal, hortelã de sete dô, hortelã normal, hortelã da folha miúda, vick que rama e vick que entocera, arruda, macaçá, manjerona, liga osso, mirra e camomila” diz a D. Alice. Ela afirma ser uma herança dos antepassados e sua fonte de renda, e que comercializa no centro de Rio Formoso.

De acordo com o observado nos diálogos em visita, a maioria dos adultos moradores de Siqueira são contemporâneos ao período em que as usinas de Amaraji e Barreiros ainda em funcionamento. Portanto, tiveram a experiência do trabalho com a cana-de-açúcar. Com a falência da Usina Barreiros em 1999, voltaram-se integralmente para produção familiar.

Cristiane, Moacir e Cláudio, afirmaram em nossos diálogos coletivos, que os agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras aprenderam com seus pais e avós o manejo da terra para plantio. Ou seja, nasciam e vivenciavam a infância no local onde logo mais se tornaria seu trabalho.

Nas usinas de cana de açúcar o trabalho no corte era muito pesado, e geralmente durava menos para as mulheres, relatam os quilombolas. De acordo com eles quem aplicava os agrotóxicos eram os homens, pois mesmo com informações precárias, o mínimo que já se sabia era do perigo para a saúde e da proximidade das mulheres com esses agrotóxicos. Eram condições degradantes de trabalho, exigido até que trabalhassem aos domingos com ameaça de perderem o emprego, quando tinham neste dia, o único dia para cuidarem de suas lavouras familiares.

Uma parte das lavouras familiares surgiu da relação de trabalho com os engenhos. Daí que consideramos o termo “brecha camponesa¹⁹” usado pela primeira vez por Tadeusz Lepkowski, e utilizado por Araújo, (2011) para descrever o que de fato se observa nas comunidades quilombola estudada, de acordo com as falas dos moradores.

A comunidade quilombola do Engenho Siqueira, pratica o policultivo²⁰, que seria uma agricultura diversificada. Este modo de produção policulturista se agrega a ideia da Agroecologia e, portanto, mais um aspecto agroecológico observado nas práticas da comunidade quilombola do Engenho Siqueira.

De acordo com Araújo (2011) é uma prova da resistência quilombola a configuração da resistência no Engenho Siqueira. E tem seu peso no caráter político e estratégico de oferecer outras possibilidades para além da subsistência, juntamente com a afirmação/construção de uma identidade camponesa.

De acordo com Araújo (2011), Lepkowski anunciou duas modalidades de brecha camponesa. Uma seria a agricultura de subsistência, que era praticada nos quilombos históricos. A outra seria aquela praticada nos pequenos lotes concedidos pelos senhores de engenho aos escravos não-domésticos.

¹⁹ A expressão “brecha camponesa” foi usada pela primeira vez para exprimir a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation, entendido em sentido estrito. Araújo (2011).

²⁰ É a prática de se cultivar vários tipos de plantas no mesmo terreno. É o cultivo de diversos produtos em uma área. Assim, monocultura é o cultivo de apenas uma planta em uma área. A Policultura é utilizada principalmente por pequenos agricultores, para assim, diversificar os cultivos em sua terra. FERREIRA, A. B. H. (1986, p. 1355).

Isto caracterizava a existência de um cultivo extra, dentro dos engenhos, que servia para as práticas ancestrais, e foi nestas “brechas” que a sabedoria indígena-quilombola veio se propagando no tempo apesar da crítica de alguns autores sobre o fato de existir essa brecha camponesa, mesmo com o aquilombamento ou com os modos trabalhistas dos engenhos.

Existe outro ponto de vista em relação à brecha camponesa. A possibilidade de a produção resultante ser inserida no mercado, que logo nos faz pensar em algo produzido pura e simplesmente para o mercado. Mas de acordo com Araújo (2011) o que podemos observar é que “A brecha camponesa não abalou as estruturas fundamentais do modo de produção escravista colonial”. Segundo Alveoal e Guimarães (2005), “para o escravo esse ‘direito’ era importante econômica e psicologicamente; para o senhor, era a concessão revogável, que tinha por objetivo ligar o escravo à fazenda e evitar fugas”.

De fato, foi no miolo da economia capitalista no campo que se deu a brecha camponesa, raiz da agricultura familiar daquela região. Segundo Araújo (2011) e Dabat (2003), morar e trabalhar no mesmo lote de terra era um tipo de relação de trabalho. Existia nesta relação a obrigatoriedade de trabalhar somente para o patrão dono das terras em que moravam.

Alguns aspectos são relevantes para a observação da agro-cultura²¹ da comunidade quilombola do Engenho Siqueira. De acordo com Araújo (2011), “as terras inapropriadas para a cana de açúcar é que eram destinadas ao parcelamento para os agricultores, ou seja, eram as terras em que ficavam mais distantes das irrigações ou terras mais rochosas, distante das várzeas”. Outro aspecto era o fato de que eles só tinham um curto espaço de tempo no final de semana para cuidarem de suas lavouras, o que envolvia os outros membros da família. E um terceiro aspecto observado por Araújo (2011) é sobre a criação de animais, pois poderiam criar animais pequenos como galinhas, cabras e porcos, mas nunca bovinos e nem tampouco plantar cana em seus sítios.

²¹ Sentido antropológico de observação de um agricultura local. Cultura local de agricultura.

Sobre o regime escravista ainda podemos falar sobre o conceito de protocampesinato²² apresentado por Araújo (2011) e Mintz (2003) um termo que é definido por Cardoso (2004) como: “atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidos no interior das fazendas, e à eventual comercialização dos excedentes obtidos”. Ou seja, uma produção voltada para a renda familiar e que caracteriza os quilombolas como poliprodutores no âmbito das questões socioculturais e do mercado.

De acordo com Araújo (2011), “a brecha camponesa possibilitou a transmissão e constituição de relações com plantas, solo e demais elementos naturais de forma relevante para a cultura e a sociedade”. Foi nessa transmissão de conhecimento ancestral que se manteve a prática agrícola quilombola, mesmo vivendo sob um regime de capitalismo no mínimo grotesco e cercado de monocultura de cana de açúcar.

Visto que o título de comunidade quilombola é recente, 14 anos, mesmo sendo bastante considerado e assumido pela comunidade ele ainda está em construção e expansão intercultural. Os quilombolas de Siqueira produziram em cooperação todo esse tempo, assim como fizeram uso comum dos recursos naturais, o manguezal e as matas da região. São, portanto interações que tem muito a ver com o antepassado de ocupações tradicionais.

Observando a história local, de acordo com as falas dos quilombolas de Siqueira em nossos diálogos coletivos, vê-se que sempre existiram as características fundamentais do que se pode ser considerado um quilombo. Um conceito que vem dos próprios africanos bantos e significa: o acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa para (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987); ou ainda uma reação guerreira a uma situação de opressão para Araújo (2011). Ou seja, vivem da agricultura e do extrativismo, seguindo tradições de uma relação ancestral.

A agro-cultura da Comunidade do Engenho Siqueira, portanto se caracteriza por ser a mesma de um quilombo horticultor, categoria observada por Fabiani *et al*

²² O termo se refere a classificação de Sidney Mintz em seus estudos sobre as Antilhas. Ele classificou as atividades camponesas da seguinte forma: Camponeses não-proprietários; camponeses proprietários; Atividades camponesas nos quilombos e Protocampesinato escravo. Araújo (2011).

(2008), que se refere a uma comunidade formada por trabalhadores escravizados, mas associados aos homens livres ou libertos que se sustentava através da produção horticultora, da caça, da pesca, da coleta e etc.

Caracterizamos a agro-cultura de Siqueira como uma horticultura histórica²³ de acordo com o observado em Araújo (2011) pelo fato de ocorrerem hortas familiares e heterogêneas de gêneros vegetais diversos, e cultivados com ferramentas simples, assim como na pesca artesanal. Segundo a autora: “a horticultura quilombola teria suas origens nas práticas similares das populações tupi-guaranis e negro-africanas”.

Cristina da Silva conta que aprendeu com os familiares o manejo da terra assim como as técnicas de pesca. Mas no caso dela, foi mais além. Decidiu continuar a manejar plantas medicinais, pois os conhecimentos de cura natural sempre foram praticados por lá. Ela conta que até mesmo os quilombolas que mudaram de religião de matriz africana para religião cristã ainda fazem uso, tanto das plantas como das rezas, que configura assim, rituais que vieram de seus antepassados.

Existe uma grande variedade de vegetais sendo cultivados na comunidade quilombola e que são fontes riquíssimas de proteínas e enriqueceram durante sua história as suas refeições em família. Alguns destes são: macaxeira, batatinha, cará, mandioca, variedades de bananas, jerimum, variedades de frutas, manga, araçá, abacate, abacaxi, variedades de peixes, tainha, tucunaré, surubim, garoupa, traíra. Ou seja, os quilombolas de Siqueira possuem uma abundância de fontes alimentícias.

A identidade cultural dos quilombolas do Engenho Siqueira está associada ao uso comum da biodiversidade local. De fato, um lugar privilegiado por terras férteis e úmidas. São paisagens de morros cobertos de Mata Atlântica, com manguezais e as praias fluviais que atraem há muitos anos, com expressividade, o turismo na região. Alguns moradores relatam que o terreno acidentado também contribuiu pra que não houvesse avanço das plantações de cana-de-açúcar dentro da área onde hoje se localiza a comunidade.

²³ Cultura agrícola ancestral. No sentido antropológico.

O cotidiano de agricultores os manteve em contato com suas tradições ancestrais, e a dinâmica de trabalho e renda na comunidade se formalizou dividida entre o trabalho assalariado (e pouco remunerado) das usinas e sua produção agrícola familiar e a pesca artesanal. Os saberes tradicionais eram de uma agricultura orgânica e sem o uso de agrotóxicos.

Essa diversidade de saberes e agricultura insere a comunidade no contexto da Agroecologia que abarca os saberes de forma holística. Quando observamos a sociologia das ausências, trazendo a visibilidade para a comunidade, inserindo-os no contexto educacional ecológico, e quando trazemos também a sociologia das emergências, para expandir o presente cheio de tradições e saberes vemos que a Agroecologia é um campo para aplicação destas sociologias de transição paradigmática.

5.2 A importância da preservação do estuário do Rio Formoso.

O estuário do rio formoso apresenta um clima do tipo As' (tropical quente e úmido), com chuvas de outono/inverno, segundo a classificação na escala de Köppen, e precipitação média anual de 2.050 mm, distribuída em cerca de 200 dias no ano. O período mais chuvoso se encontra entre os meses de maio a julho, e o período de estiagem entre outubro e dezembro. A temperatura anual média é de 24°C, variando entre 18°C e 32°C de acordo com Alves; Araújo; Simões (2014).

O estuário está inserido em duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): a APA de Guadalupe e a APA Costa dos Corais. A bacia hidrográfica do Rio Formoso apresenta uma área aproximada de 2.724 hectares, e está situada entre as coordenadas geográficas 8°39'-8°42'S e 35°10'- 35°05'W. É formada pelos rios Formoso, Dos Passos, Lemenho e Porto das Pedras, a noroeste, e pelo rio Ariquindá, ao sul. É um complexo estuarino do tipo planície costeira.

O rio Formoso tem 12 km de extensão e nasce na porção noroeste do município de mesmo nome, nas terras do Engenho Vermelho, onde estão localizados os seus dois formadores, os riachos: Vermelho e Serra D'água. Recebe como afluentes os rios dos Passos e Ariquindá e desemboca entre a Ponta de Guadalupe e a praia dos Carneiros.

De acordo com o quilombola Moacir Santana, ao longo do seu percurso o rio formoso recebe efluentes domésticos, resíduos provenientes da agroindústria açucareira e das atividades da carcinicultura. Os quilombolas da comunidade praticam a pesca de subsistência, possuem o privilégio do potencial de hidrologia e biodiversidade do estuário do Rio Formoso. Este é um ecossistema que possui inúmeros recursos alimentares.

Os quilombolas de Siqueira se relacionam desde a infância com o manguezal. A aprendizagem que vem de seus ancestrais inclui a fabricação manual de instrumentos e ferramentas para a pesca. De acordo com as falas dos quilombolas em diálogos coletivos, o aprendizado se dá com o pai, mãe, avós, tios, ou primos e amigos desde a infância. As mulheres são inseridas desde cedo junto às marisqueiras, e desenvolvem a parte extrativista destes moluscos e também dos crustáceos no interior do manguezal. Os homens vão desde cedo para a pesca nos rios e no mar.

Todo conhecimento sobre pesca e agricultura é hereditário. De acordo com Cláudio Pajeú, adquirem esse conhecimento para viverem em harmonia com o manguezal de forma ecológica. Com relação à vegetação, de acordo com Alves; Araújo; Simões (2014), observa-se a presença das espécies de manguezal *Rhizophora mangle* Linnaeus, *Laguncularia racemosa* Gaertn., *Avicennia shaueriana* Staf Leechman e *Conocarpus erectus* Linnaeus. Na zona inferior do estuário o manguezal é substituído por grandes coqueirais.

A pesca artesanal é seletiva e restrita em quantidades. Mas os pescadores ainda não falam em escassez total. Moacir Santana nos relatou que já houve um grande problema com a espécie de crustáceo Aratu, no final dos anos 1990. Naquele momento foi preciso um repovoamento da espécie, sendo trazidos, crustáceos de manguezais da Paraíba para ao estuário do rio Formoso. As espécies de alimentos mais extraídas do estuário são: peixes como tainha (ou saúna), o camurim e o xaréu, siris, caranguejos, ostras e sururus, entre outros. Destes uma parte é vendida pela vizinhança e na feira pública do município de Rio Formoso.

Consideramos assim que a particularidade quilombola e seu conhecimento tradicional são determinantes na dinâmica da atividade pesqueira no estuário do rio Formoso. A pesca artesanal no Engenho Siqueira tem a característica de mão-de-

obra familiar que compartilham os conhecimentos e suas relações com a natureza e com a fauna. Respeitando os períodos de proibição de pesca das espécies que estão no defeso e denunciando focos de poluição por esgotos e outros.

Este contexto está relacionado com a contemporaneidade do não-contemporâneo explanado por Santos (2006). Enquanto as indústrias pesqueiras detêm sofisticados métodos de pesca, mas que degradam o meio ambiente, pois capturam espécies que não estão em idade de serem capturadas, e, segundo Moacir, muitas vezes não respeitam o período do defeso. Os pescadores de Siqueira e Rio Formoso são contemporâneos, pois a tradicionalidade da pesca artesanal é tanto educacional como sustentável. Este tipo de pesca foi o que sustentou de forma ecologicamente correta às várias gerações que viveram na comunidade quilombola do Engenho Siqueira e no município de Rio Formoso.

Figura 3. Margem do estuário do Rio Formoso.



Fonte: Autor (2016)

Figura 4. Parte interna do estuário do Rio Formoso.



Fonte: Autor (2016)

Os dados empíricos foram coletados *in loco* em grandes encontros na comunidade quilombola. Foram seis visitas ao todo, realizadas com algum objetivo em relação ao que estávamos estudando em sala de aula nas disciplinas de Projeto Interdisciplinar de Proteção Ambiental e de Preservação do Patrimônio Cultural, e junto a visitas de outras turmas do IFPE. Nestas visitas permanecíamos cerca de três a quatro horas em média na comunidade, feitas na parte da tarde, e/ou pela manhã.

Os locais eram diversos, desde as casas das famílias, a escola quilombola, a associação quilombola, a associação dos pescadores, o estuário do rio Formoso, a biblioteca central de Rio Formoso, as igrejas católicas, e a visita a uma casa onde funciona um templo de religião de matriz africana (umbanda), no interior da comunidade quilombola.

Os resultados teóricos têm a relevância de defender as emancipações sociais e por isso partiu do pós-colonialismo junto aos diálogos e entrevistas coletivas. Em destaque, os relatos de três interlocutores-chave: Cristina da Silva, Moacir Santana e Cláudio Pajeú.

Apresentamos a seguir o perfil dos entrevistados: Cristina Correia da Silva: 48 anos, é pescadora e agricultora. Ela cultiva plantas frutíferas, legumes e plantas medicinais. Tudo de forma orgânica e produz medicamentos a partir de seus cultivos. Passou oito anos na liderança da comunidade sendo quatro como presidente e mais quatro como tesoureira da associação. Atualmente está no sindicato dos trabalhadores rurais, que se localiza na área central de Rio Formoso, onde é diretora da organização de formação de mulheres e jovens. Moacir Correia de Santana: 48 anos, pescador e agricultor, e fundador do museu quilombola da comunidade. E também destacamos os relatos do professor Cláudio de Freitas Pageú: 36 anos, geógrafo, já ensinou na escola da comunidade e foi presidente da associação quilombola.

Utilizando desde o princípio a metodologia de pesquisa no modo observação participante captando áudios e fotografando momentos. Destacam-se a importância das conversas coletivas sobre a vivência, a história, e principalmente sobre a agricultura da comunidade, para este trabalho de investigação. A partir do pensamento pós-colonial, destaca-se a importância dos saberes tradicionais para a segurança alimentar da comunidade quilombola do Engenho Siqueira.

A fundamentação teórica foi extremamente importante neste que é um trabalho que buscou um viés qualitativo sobre a comunidade analisada. Sem as teorias pós-coloniais não seria possível identificar e explicitar com narrativa mais adequada, a importância da ancestralidade para a qualidade de vida dos quilombolas de Siqueira.

A hipótese levantada foi confirmada e de fato a agricultura orgânica é a maior produção alimentícia da comunidade. Fruto de sua tradicionalidade repassada desde os tempos do quilombo dos Palmares. A maior parte da produção é para subsistência. Segundo Cláudio Pageú, houve um período em que o comércio era até maior. De acordo com ele, antes do título que a reconheceu como comunidade quilombola. No caso da pesca, nesse período, entre os últimos anos da década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000, os atravessadores²⁴ foram os que mais lucraram com o comércio dos crustáceos e principalmente o camarão. Os

²⁴ São comerciantes, transportadores que processam o comércio entre os pescadores artesanais e o escoamento de sua produção para que cheguem ao consumidor final.

valores que eram repassados aos agricultores e aos pescadores eram baixos, pois, se aproveitaram da ingenuidade e do modo de viver dos quilombolas.

Contudo, hoje, de acordo com os entrevistados, a comunidade se encontra bem informada sobre os seus valores e seus recursos pesqueiros perante a ambição e o modo logístico de comércio dos atravessadores. Uma parte da produção agroecológica e da pesca artesanal ainda é comercializada, mas, desta vez, os agricultores e pescadores vendem diretamente na feira do município, contando, às vezes com o apoio de alguns programas governamentais de incentivo à produção que de certa forma pagam um valor melhor do que o dos atravessadores. A lógica de comércio dos atravessadores está correlacionada com o modo de produção capitalista, que visa meramente ao crescimento lucrativo concentrado, ou seja, logo, o critério de produtividade é o que melhor atende ao lucro dos atravessadores.

Trata-se de critérios capitalistas, ou seja, com o objetivo de criar e produzir apenas aquilo que é bom e útil para a geração do capital do atravessador/comerciante/ empreendedor hegemônico. Tudo aquilo que não segue esta lógica, não é conhecimento, não se inscreve na sociedade, não precisa ser aprendido, criado ou produzido. Ele afirma que a natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

Em substituição a esta lógica, Santos (2006) propõe uma ecologia das produtividades²⁵, através da qual a sociologia das ausências busca recuperar e valorizar os sistemas alternativos de produção que a lógica capitalista ocultou ou descredibilizou.

²⁵ Santos (2006) apresenta dentro da explanação sobre a sociologia das ausências, cinco ecologias para substituir as ausências causadas pela razão indolente. Uma delas é sobre a lógica produtivista, a recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. Este é talvez o domínio mais controverso da sociologia das ausências, uma vez que põe diretamente em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito e a lógica da primazia e dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustentam o capitalismo global.

Essas alternativas possuem alguns objetivos em comum, tais como: participação democrática, sustentabilidade ambiental, equidade social, racial, étnica e cultural, e solidariedade transnacional. O modo de produção de alimentos na comunidade quilombola do Engenho Siqueira está inserido neste contexto.

A pesca e a agricultura de subsistência são praticadas por homens e mulheres da comunidade, sendo um conhecimento repassado entre gerações. Por isso é tradicional e garantiu a sobrevivência das pessoas da comunidade. De acordo com (ALVES; ARAÚJO; SIMÕES, 2014) na maioria dos casos os homens são ensinados a pescar no mar e no rio, enquanto as mulheres são ensinadas a realizarem a atividade extrativista de moluscos e crustáceos no interior do estuário.

Na comunidade existem mais agricultores do que pescadores, e 90% da agricultura é cultivada de forma orgânica, ecológica e tradicional, inclusive plantas medicinais, sem uso de agrotóxicos. Os outros 10% podemos relacionar a única sementeira e produção de plantas ornamentais que há na localidade que admite uso de agrotóxicos para as pragas e adubação química das plantas ornamentais de acordo com Araújo (2011).

Cristiane da Silva, por sua vez, revela que um fator importante e que assegura a qualidade da agricultura local, que é a manutenção das sementes crioulas. Estas são fundamentais para uma cultura agroecológica. A quilombola conta ainda que aprendeu com a mãe e os parentes mais próximos o manejo da terra e os saberes medicinais das plantas.

No capítulo sobre a localização da comunidade e a metodologia da pesquisa, identificamos que a região em si teve relevância para a sobrevivência de uma comunidade tradicional. O fato de se localizarem às margens de um estuário deu-lhes oportunidade de uma terra fértil, água potável e com o grande número de nascentes além de uma valiosa mata ciliar. Este destaque da potencialidade sustentável da localidade é, portanto, um exemplo a ser considerado para a preservação de outras áreas semelhantes no Brasil e no mundo. Principalmente se for seguido à risca a cartilha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos na Agenda 2030 da ONU.

Sobre a metodologia da pesquisa, a abordagem qualitativa, valorizou os significados intersubjetivos, físicos e empíricos, com a informação face a face, que

permitiu a troca de saberes entre acadêmicos e não-acadêmicos. Esta permitiu a prática da inteligibilidade recíproca na medida em que as vozes e ouvintes possuíam horizontalidade.

No capítulo sobre a origem da comunidade demonstrou que e na sua ancestralidade de negros e negras fugidos da escravidão e criadores do seu espaço de sobrevivência e, sobretudo, de resistência. Há um antepassado de luta e de conquistas, pois o quilombo dos Palmares permaneceu duzentos anos silenciados entre as grandes elites que temiam uma revolução vitoriosa por parte dos negros.

Nos meados do século XVII já havia um conglomerado de quilombos que se estendia pela Zona da Mata nordestina entre Alagoas e Pernambuco. A sede era a Cerca do Macaco no Quilombo dos Palmares. A Cerca do Macaco também abrigava brancos em situações vulneráveis, além de contato com europeus da clandestinidade da época e indígenas, ou seja, podemos considerar Palmares um espaço fronteiriço multiétnico.

Era um espaço singular no sentido de nação negra ou neoafricana no Brasil. Eles escolhiam o seu representante maior com o título de rei. Alguns historiadores consideram que Ganga Zumba era um nome titular do rei de Palmares, onde a cada eleição se escolhia um novo Ganga Zumba. Porém, outros historiadores, em sua maioria, mencionam Ganga Zumba como único e que de fato foi tio de Zumbi, que assumiu o posto após a morte do tio.

Com Zumbi no reinado houve um período de novas investidas do Império em destruir o grande quilombo, que se consolidou em 1694 com a expedição comandada por Domingos Jorge Velho, que destruiu a Cerca do Macaco na batalha e capturou Zumbi, morto um ano depois, em 1695, na cidade de Recife.

Sublinha-se que os costumes quilombolas permaneceram e as diversas comunidades persistiram até que gerações sucessoras cultivavam a agricultura daquele jeito – além da culinária e da pesca. No caso do Engenho Siqueira, o Fungi, prato existente que é comum e típico de Angola. É importante ressaltar que a comunidade já existia antes da criação do município de Rio Formoso.

No período “Brasil-colônia” em seus arredores ocorreu uma guerra contra os holandeses, a Batalha do Reduto. Há um cruzeiro como marco no alto de uma colina

na margem do estuário por ser uma zona portuária na época. Esta comunidade é o berço do município de Rio Formoso.

Destacamos a Colonialidade, retrato presente da colonização, pois o reconhecimento da comunidade como sendo remanescente de quilombo se deu em 2005. Porém de acordo com os próprios moradores, eles só foram informados três anos após pela prefeitura do município.

A partir de 2008, então veio sendo trabalhado nos moradores o fortalecimento da identidade quilombola, que já era reconhecida por muitos e aguardava-se o título de comunidade quilombola, porém o título teve três anos de negligência por parte do poder público da época.

Cláudio Pajeú relata as três versões sobre a origem da comunidade levantadas junto aos estudos realizados em parceria com a Petrobrás. Que seria o fato de ser uma zona portuária, e, portanto, uma área de fuga, onde os negros fugidos da escravidão começaram a ocupar o interior da mata da restinga. E a outra versão identifica que Ganga Zumba em passagem pela região teria deixado descendentes e uma comunidade em formação.

A Agroecologia se mostrou importante como direção teórica neste ponto da pesquisa, pois abarca os elementos históricos, sociais, identitários e tradicionais. Como nos contou Cristiane da Silva que a produção orgânica é de 90% na comunidade, de acordo com a experiência agrícola de seus vizinhos. É fonte de renda nas feiras livres. Toda agricultura da comunidade confirma a hipótese do trabalho, toda forma de produção, caça e pesca da comunidade tem origem no antepassado quilombola.

É importante ressaltar a consciência ecológica dos moradores da comunidade e a relação deles com o manguezal, que podemos associar a um potencial de alimentação rico para manter a qualidade de vida. Portanto, uma agricultura tipicamente quilombola, sustentável e com militância ecológica.

Destacamos observações das falas dos quilombolas com relação à cultura de plantas medicinais, pois, atualmente, o usufruto das plantas como medicamento se mantém no âmbito do uso costumeiro, e não mais com curandeiros da comunidade, são alguns dos costumes ancestrais que desapareceram. Efeito da colonialidade

que fortalece a medicina e a religião que adentraram nessa mudança. Religiões neopentecostais que expandem o modo de vida de suas doutrinas eurocêntricas e a colonialidade.

Os quilombolas do Engenho Siqueira demonstram orgulho do trabalho no campo. E neste ponto, sublinho que é preciso analisar de acordo com Tadeusz Lepkowski e Marli Gondim Araújo o termo “brecha camponesa” para designar o que ocorreu com a relação de trabalho rural no período em que os patrões, donos dos engenhos faziam para assegurar as famílias trabalhando para eles e evitar fugas. Destinavam-se parcelas de terras para que os trabalhadores cultivassem suas lavouras familiares, e neste ponto foi importante para manter a tradicionalidade ancestral de agricultura orgânica para a soberania dos quilombolas de Siqueira.

No caso específico de Siqueira podemos considerar que tiveram a felicidade de ocupar uma região de boa localização ecológica que contribuiu para que tivessem associado aos costumes tradicionais que já possuíam uma qualidade de vida com suas produções familiares.

O capítulo sobre pós-colonialismos mostra-se abrangente no conhecimento a respeito dos quilombolas quando se analisa uma comunidade tradicional neste sistema-mundo-eurocêntrico. Por isso, também, foi relevante citar a Agenda 2030, respeitando o marco para mudanças nas instituições que, sobretudo, pode ser uma missão da humanidade e de seus governantes.

Aplicada para todo o mundo, a Agenda 2030 é observada neste trabalho pelo seu caráter pluriuniversal, pois se alia aos conceitos pós-coloniais no âmbito social propriamente dito. A comunidade quilombola do Engenho Siqueira é um lugar singular para observar este efeito pós-colonial. Aprendem desde a infância a sobreviver do manguezal e da agricultura, e se mantiveram com qualidade de vida e longevidade pela riqueza de alimentos saudáveis e orgânicos. De acordo com Moacir Santana, mesmo a comunidade localizada dentro da APA Guadalupe, ainda existe a preocupação com a degradação ambiental.

A vida marinha está em risco pela falta de saneamento básico da região da bacia do Rio Formoso, que lançam em suas águas resíduos sólidos e agrotóxicos. E no estuário especificamente há um problema com embarcações do setor do turismo e da pesca ilegal. Como Moacir nos retratou, já houve um período de mortandade no

manguezal que foi causado pelos agrotóxicos utilizados na monocultura da cana da região, e foi preciso realizar o repovoamento de caranguejos no estuário. As espécies foram trazidas dos manguezais da Paraíba.

A colonialidade do poder retratada por Quijano (2005) apresenta-se atual e pode ser observada em diversos contextos da comunidade quilombola do Engenho Siqueira, como por exemplo, na própria nomeação da comunidade, quando lhes fora negligenciada a ciência do título emitido pela Fundação Palmares. Foram três anos sem comunicar aos moradores de que a comunidade havia sido reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares e teria mais direitos junto a políticas públicas do município, a partir dali.

A colonialidade já enraizada na cultura ocidental distingue certo/errado, primitivo/avançado, residual/aproveitável com o olhar unilateral europeu, pois, desta forma não se percebe o lugar onde se vive. E a classificação unilinear do tempo e da história cria uma percepção errônea que afeta a contemporaneidade.

Por isso chamamos atenção nesta pesquisa para a racionalidade indolente que transforma a percepção do todo com a ideia de sentido e direção únicos. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências possuem papel fundamental nesta ação decolonial. Lembrando que um dos problemas centrais da colonialidade é o fato do desperdício de experiências, pois neste momento há milhares de conhecimentos que poderiam estar sendo aproveitados pela contemporaneidade.

Os saberes tradicionais são importantes para a manutenção da memória e identidade quilombola. Na comunidade em estudo os saberes tradicionais são observados e vivenciados no seu dia a dia. Vemos isto na forma com que os quilombolas observam o mundo ao seu redor, e como se dá a sua relação com o manguezal. Eles possuem militância ecológica. É uma consciência ecológica que é cultural, pois é desde a infância que aprendem a enxergar o manguezal como uma riqueza de alimentos e que precisa ser preservada. Os diversos mutirões de coleta de resíduo sólidos demonstram o esforço da comunidade. A constatação de que os saberes tradicionais são fundamentais para uma comunidade quilombola, vem em nossa análise confirmada pelas teorias pós-coloniais colocadas em nosso referencial

teórico. Que junto à pesquisa de campo confirmam o que hipoteticamente havíamos pensado antes.

A segurança alimentar dos moradores da comunidade tem muito a ver com o tipo de agricultura praticado de forma orgânica. A Agroecologia se fez presente em nosso referencial teórico pelo fato de explicar o contexto da agricultura familiar. A ancestralidade da comunidade em estudo originada no quilombo dos Palmares atravessou gerações de forma cultural e orientou o modo de produção livre praticado pelos agricultores e agricultoras. Além da pesca artesanal, outra herança quilombola.

Contudo tiveram uma forma de alimentação básica original, com alimentos típicos da culinária africana e quilombola, que garantiram a sobrevivência e a renda com a divisão entre o que fica para consumo próprio e o que se vende nas feiras livres do município. O uso de agrotóxicos pelo mercado agrícola hegemônico contamina as mesas das grandes cidades, enquanto na comunidade quilombola do Engenho Siqueira de forma tradicional, se tem qualidade melhor nos alimentos retirados e colhidos de sua produção familiar.

Hipoteticamente antes da pesquisa achava-se que a comunidade não tinha tanta tradição pelo fato da colonialidade estar em um nível bem avançado no Brasil. Porém a cada visita e descoberta empírica o levantamento teórico abarcava cada vez mais todo o contexto, o que nos levou a encontrar as explicações que confirmavam a hipótese para este trabalho.

A segurança alimentar seria o fim social do objetivo deste trabalho. O que foi confirmado quando unimos as teorias pós-coloniais com as teorias da Agroecologia, caracterizando uma interdisciplinaridade contra-hegemônica. Ao confirmar a nossa hipótese se faz emergente que este trabalho seja uma porta para ação e militância ecológica e social, e que possa inspirar novas pesquisas acadêmicas.

A nossa intenção é dar visibilidade aos povos tradicionais, em especial, os quilombolas, que fazem parte da construção deste país. Desta forma também ressaltamos que a Agenda 2030 é um passo importante se for tomada com competência pelo poder público local como uma prioridade. E talvez falte a sensibilidade e a vontade política, enquanto isso, pescadores, pescadoras,

agricultores e agricultoras, crianças da comunidade continuam mantendo suas tradições e resistindo à colonialidade. De acordo com Cláudio Pajeú, Moacir Santana, Cristiane da Silva, parte da população mais jovem possui vontade de sair da comunidade, vislumbrados com o mundo eurocêntrico, mas isso faz parte, também, da grande luta de classes existente no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos após toda análise pós-colonial da comunidade, que é preciso dar ênfase na manutenção da preservação da identidade quilombola do Engenho Siqueira. É fato que os saberes tradicionais e os conhecimentos de agricultura e da pesca ancestrais foram os principais responsáveis por tornar a comunidade um patrimônio quilombola.

Com isso temos uma clara visão de que não precisam urbanizar a comunidade com os moldes de uma cidade metrópole, ou seja, trazendo grandes corporações de exploração da pesca e da agricultura, ou submetê-los a qualquer outro modo de monocultura e produção de não-existência. Porém estas ainda não são propostas pelo poder público local.

São autossustentáveis e ecológicos os quilombolas de Siqueira e toda sua tradição, e a preservação desta identidade quilombola depende também de um poder governamental cada vez menos colonial ou subserviente à colonialidade. Principalmente quando observamos sob a ótica da teoria da linha abissal de Santos (2009), que separa o modo capitalista eurocêntrico do modelo tradicional através de uma fenda, ou venda, mas que é desvendada diante da qualidade de vida dos quilombolas de Siqueira.

Comprovamos que o respeito às tradições e aos aprendizados em família na comunidade quilombola do Engenho Siqueira faz com que seja necessária a preservação da identidade quilombola. Visto que servem como exemplo os seus saberes e sua consciência ecológica. Na agricultura, suas lavouras, seus cultivos não devem ser rendidos à lógica capitalista da monocultura *plantation*, pois isto destruiria a agricultura familiar, e contaminaria o solo e as águas do manguezal com o uso de agrotóxicos.

Os quilombolas de Siqueira adquirem sua característica agroecológica ainda na infância e por isto, suas práticas sociais estão contidas dentro do universo da Agroecologia como ciência em construção. De acordo com o que foi observado nas falas dos quilombolas.

Sua relação de carinho e intimidade com o manguezal mostra o quanto a urbanização e a lógica moderna capitalista perderam o rumo da conservação dos ambientes naturais, até mesmo quando observamos como estão as ações em prol da implementação da Agenda 2030 nas diversas localidades do Estado de Pernambuco. Ou seja, os quilombolas possuem consciência e ação ecológica, enquanto a lógica capitalista moderna segue um direcionamento neoliberal que caminha para a escassez.

Este é um trabalho que abre caminho para estudos posteriores e minuciosos sobre cada área observada desde agricultura, pesca, educação, identidade quilombola e memória. Opções a serem aprofundadas em pesquisas futuras como, geoprocessamento para monitoração fluvial e oceânica, para análise de possíveis focos de poluição ambiental ou pesca predatória. Ou prevenir desastres naturais no município onde a comunidade se encontra.

É um trabalho que desde já se propõe a participar do debate-observatório a fim de enfatizar a proibição da pesca no período do defeso, que é respeitada pelos pescadores quilombolas, mas desrespeitada pela indústria da pesca. Abrimos o caminho para um minucioso trabalho de educação e fortalecimento da comunicação quilombola e suas epistemologias alternativas às científicas.

A aplicação da sociologia das ausências expandindo o que há de produção de conhecimento como o caso do museu quilombola construído pelo quilombola Moacir Santana, entre outros saberes, abre também espaço, para a sociologia das emergências que traz e aproxima um futuro de respeito, sustentabilidade, identidade, justiça social e justiça cognitiva.

Enfim, a análise pós-colonial alcançou na investigação da comunidade quilombola do Engenho Siqueira a objetividade da descoberta de que, de fato, os seus saberes tradicionais foram cruciais para a manutenção de sua qualidade de vida e segurança alimentar até os dias atuais.

REFERENCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVEOAL, C.; GUIMARÃES, E. Brecha Camponesa. In: MOTTA, M. (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ALVES, M. D. O.; ARAUJO, M. E.; SIMOES, L. (Orgs.). **Histórias de pescadores: Meio ambiente, recursos pesqueiros e tradição em Rio Formoso - Pernambuco**. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2014. v. 1. 106p.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. ed. Recife: UFPE, 1998.
- ANDRADE, M. C. de. **História das usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco**. 2. ed. Recife: UFPE, 2001.
- ARAÚJO, M. G. de. **A comunidade remanescente de quilombo do engenho Siqueira: conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, ano 31, v. 31, n. 1, jan/abr. 2016.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, abr. 2006. Disponível em: <https://www.socla.co/wpcontent/uploads/2014/Agroecologia-Novo-Paradigma-02052006-Itima-Verso1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. 1 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- ODS. **O monitoramento dos ODS no Rio: Jornada rumo às cidades sustentáveis**. Disponível em: <http://casafluminense.org.br/o-monitoramento-dos-ods-no-rio-e-a-agenda-2030-jornada-rumo-as-cidades-sustentaveis/>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- DABAT, C. R. **Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e dos próprios atores sociais**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7297/1/arquivo7670_1.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.
- DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Buenos Aires, set. 2005. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

FREITAS, D. **Palmares: A guerra dos escravos**. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1984.

FUNARI, P. P. A. **A “república de Palmares” e a arqueologia da serra da Barriga**. São Paulo, dez. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28361/30219>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. V. de. **Palmares, ontem e hoje**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1 ed. Coimbra: Ed. Edições Almedina, 2009.

HALL, S. **Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite**. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Florianópolis, jul. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 30 nov. 2019.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Florianópolis, jun. 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em 30 nov. 2019.

LOPES, H. T.; SIQUEIRA, J. J.; NASCIMENTO, B. **Negro e cultura negra no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. UNIBRADE-UNESCO, 1987.

MAESTRI, M. Terra e liberdade: As comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. *In*: AMARO, Luiz Carlos [Org.]. **Afro brasileiros: história e realidade**. 1 ed. Porto Alegre: Ed. EST, 2005.

MARQUESE, R. B. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. 1 ed. São Paulo: Ed. Novos Estudos, 2006.

MINAYO, C. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MINTZ, S. W. **O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 1 ed. Recife: Ed. Universitária, 2003.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. 12 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ONU. **A Agenda 2030**. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1 ed. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2005.

SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. 1 ed. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

SANTOS, B. de S. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SANTOS, C. D. T. dos. **Práticas ambientais na construção da identidade e das manifestações culturais da comunidade quilombola do Engenho Siqueira – rio formoso – PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, C. D. T. dos; SENA, E. A. de. **Cultura e memória: trabalhando as representações do passado por meio da história oral nas aulas de história**. . Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, Rio Formoso, 2012.

SOUZA, M. de M. e. **África e Brasil Africano**. 1 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

VALENÇA, M. M. **Ecologia de saberes e justiça cognitiva**. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução? 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.